



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
INSTITUTO DE HUMANIDADES - POSIH
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - MIH

**HISTÓRIAS DE VIDAS DE TRABALHADORAS DA FEIRA LIVRE DE BATURITÉ-
CE**

MARIA VITORIA SILVA CARDOSO

REDENÇÃO/CE
2024

MARIA VITORIA SILVA CARDOSO

**HISTÓRIAS DE VIDAS DE TRABALHADORAS DA FEIRA LIVRE DE BATURITÉ-
CE**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Mara Rita de Oliveira Duarte Berraoui.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira.

REDENÇÃO/CE
2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cardoso, Maria Vitoria Silva.

C26h

Histórias de vidas de trabalhadoras da feira livre de Baturité -
CE / Maria Vitoria Silva Cardoso. - Redenção, 2024.
106f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades,
Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof^a Mara Rita de Oliveira Duarte Berraoui.
Coorientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira.

1. Mulheres. 2. Feiras livres - Baturité (CE). 3. Trabalho.
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 331.4098131

MARIA VITORIA SILVA CARDOSO

HISTÓRIAS DE VIDAS DE TRABALHADORAS DA FEIRA LIVRE DE BATURITÉ- CE

Texto de Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rita de Oliveira Duarte Berraoui.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira.

Aprovada em: 24 de maio de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB

Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira (Coorientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB

Profa. Dra. Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete (Examinadora Externa ao Programa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB

Geovanna de Lourdes Alves Ramos (Examinadora Externa ao Programa)
Universidade Federal de Uberlândia/UFU

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer às mulheres feirantes de Baturité, que, por meio de suas experiências, tornaram este trabalho possível. Elas compartilharam suas vivências e permitiram que eu me emocionasse em meu percurso. Dona Elenice, Dona Fátima, Dona Francisca, Dona Rosângela e Dona Rosilene, vocês são mulheres que inspiram!

Agradeço à Thalia Justino por todo o apoio emocional e acadêmico, pelo companheirismo e afeto.

Agradeço à minha mãe, Eliane, por sempre me motivar e nunca permitir que eu desista dos meus sonhos.

Agradeço à Lucas, Millena, Elias, Benjamin e Nacélio por serem pessoas que me fazem rir e me trazem alegria, mesmo a distância, tornando minha caminhada mais leve.

Agradeço também à Dona Lourdes e Sabrina por serem minha família e estarem sempre torcendo por mim. Embora, em alguns momentos, eu tenha desejado que me lembrassem que ninguém é de ferro.

Agradeço também à minha orientadora Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui, que contribuiu em todos os momentos para que este trabalho alcançasse sua melhor versão.

Agradeço ao meu coorientador Francisco Vítor Macêdo pela interlocução propositiva para finalização do texto desta dissertação.

Por último, agradeço a mim mesma por ter sonhos e nunca desistir deles, mesmo em momentos de desânimo ou descrença, e por conseguir levantar e continuar.

As histórias são bálsamos medicinais. Elas têm uma força! Não exigem que se faça nada, que se aja de algum modo - basta que prestemos atenção. A cura para qualquer dano ou para resgatar algum impulso psíquico perdido está nas histórias.

Clasissa Estés

RESUMO

A dissertação em análise origina-se de uma pesquisa conduzida na feira livre de Baturité-CE, com o propósito de compreender a trajetória de vida e trabalho das mulheres feirantes nesse contexto. Este estudo contribui para o conhecimento científico e social da feira livre de Baturité-CE, dada a escassez de pesquisas sobre o tema, o que nos impele a investigar como a realidade das mulheres feirantes influencia o espaço público e traz à tona conhecimentos e lutas até então incompreendidos. Para alcançar esse objetivo, adotou-se a metodologia da história oral (PORTELLI, 2012), a fim de analisar as narrativas das feirantes, além de elementos da etnografia (GEERTZ, 1989) e da etnofotografia (FERNANDES; FERNANDES, 2019), para registrar e observar o trabalho das participantes. Os resultados destacam o trabalho das mulheres feirantes como um ato de resistência, enquanto a feira é reconhecida como um espaço permeado por relações de poder e sociabilidades adversas. Ressaltam-se os desafios enfrentados por essas mulheres na ocupação dos espaços públicos da feira, evidenciando uma luta constante por reconhecimento e inclusão. Por fim, nota-se a negação do acesso à educação para muitas dessas mulheres, o que evidencia a dificuldade de ocupação dos espaços educacionais e as consequentes situações de vulnerabilidade financeira e condições precárias do trabalho informal feminino.

Palavras-chave: mulheres; feira livre; trabalho; trajetórias, Baturité/CE.

ABSTRACT

The dissertation under analysis stems from a research conducted at the Baturité-CE open-air market, with the aim of understanding the life and work trajectory of women marketers in this context. This study contributes to the scientific and social knowledge of the Baturité-CE open market, beyond the scarcity of research on the subject, prompting the researcher to investigate how the reality of women marketers influences the public space and brings to light previously unexplored knowledge and struggles. To achieve this goal, the methodology of oral history (PORTELLI, 2012) was adopted to analyze the narratives of the market women, as well as elements of ethnography (GEERTZ, 1989) and ethnophotography (FERNANDES; FERNANDES, 2019) to record and observe the work of the participants. The results highlight the work of market women as an act of resistance, while the market is recognized as a space permeated by relations of power and hostile sociability to them. In addition, the challenges faced by these women in occupying the public spaces of the fair are highlighted, showing a constant struggle for recognition and inclusion. Finally, the denial of access to education for many of these women is noted, underlining the persistent difficulties to occupy educational spaces and their consequent situation of financial vulnerability and precarious working conditions.

Keywords: women; street market; work; trajectories, Baturité/CE.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES GERAIS DAS INTERLOCUTORAS (2023)	31
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 — DIA CHUVOSO NA FEIRA (2023)	43
FOTOGRAFIA 2 — TEMPO CHUVOSO NA FEIRA DE BATURITÉ E PREJUÍZO AS FEIRANTES (2023)	44
FOTOGRAFIA 3 — FEIRA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS EM BATURITÉ (2023)	47
FOTOGRAFIA 4 — BANCAS DAS INTERLOCUTORAS (2023)	50
FOTOGRAFIA 5 - BANCAS LOCALIZADAS NA TRAVESSA NAZARÉ VIANA AO LADO DA IGREJA SANTA LUZIA (2023)	56
FOTOGRAFIA 6— BANCAS LOCALIZADAS NA RUA 15 DE NOVEMBRO (2023)	57
FOTOGRAFIA 7 — BANCAS LOCALIZADAS NA TRAVESSA INTENDENTE BERNARDINO PROENÇA (2023)	58
FOTOGRAFIA 8 — BANCAS LOCALIZADAS NA RUA SENADOR JOÃO CORDEIRO (2023)	59
FOTOGRAFIA 9— BANCAS DA FEIRA DE BATURITÉ EM DIAS DE DOMINGO (2023)	67
FOTOGRAFIA 10 — DONA ROSÂNGELA EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023) ...	72
FOTOGRAFIA 11 — DONA ROSILENE EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023)	76
FOTOGRAFIA 12 — DONA FRANCISCA EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023)	81
FOTOGRAFIA 13 - DONA FÁTIMA E SEU MARIDO TRABALHANDO NA FEIRA (2023)	85
FOTOGRAFIA 14 - DONA FÁTIMA EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023)	89
FOTOGRAFIA 15 — DONA ELENICE EM SEU POSTO DE TRABALHO	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFB. Associação de Feirantes de Baturité

CAAE. Certificado de Apresentação de Pareciação Ética

CEP. Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP. Conselho Nacional de ÉTICA em Pesquisa

ONU. Organização das Nações Unidas

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAG. Secretaria de Planejamento e Gestão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - PERCURSO DA PESQUISA: A INCIDÊNCIA NO CAMPO	19
1.1 Inquietações fora da academia: primeiras motivações de pesquisa	19
1.2. Delimitação do problema de pesquisa.....	20
1.3 Conceituando Trabalho Formal e Informal Sob a Perspectiva de Gênero nas Feiras Livres	25
1.4 Objetivos Específicos	27
1.5 Aspectos éticos da pesquisa	30
1.6 Metodologia e instrumentos de pesquisa.....	30
CAPÍTULO II - GÊNERO E TRABALHO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES FEIRANTES EM BATURITÉ	38
2.1. Breve Contexto Sobre a Categoria Gênero, Trabalho e Mulheres Feirantes.....	38
2.2 Breve contexto sobre a história de Baturité.....	51
2.3 A relação entre as mulheres e a feira livre de Baturité.....	53
2.4 Discutindo os Conceitos Sobre Identidade Social.....	60
CAPÍTULO III - VOZES FEMININAS NA FEIRA LIVRE DE BATURITÉ: RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIDADE	65
3.1 Território e Poder da Feira Livre de Baturité	65
3.2 Acesso à escolaridade na vivência das mulheres feirantes.....	68
3.3 Histórias de Vida e Identidade das Mulheres Feirantes de Baturité.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Além do comércio de mercadorias, a feira é também um lugar de troca de saberes e sociabilidade, atributos próprios da atividade comercial. Enquanto espaço público destinado ao comércio, as feiras estão entre as mais antigas atividades em curso em quase todas as regiões habitadas do mundo, sendo reinventadas e atualizadas ao longo dos séculos, nos diferentes tempos e lugares (ANACLETO; COELHO; CURVELO, 2016).

No Brasil, o surgimento das feiras adveio ainda das primeiras entradas portuguesas no século XVI, sua finalidade relacionava-se à distribuição e ao abastecimento praticamente a única atividade comercial nas vilas e aldeamentos (ANACLETO; COELHO; CURVELO, 2016).

A rede de sociabilidade criada no espaço da feira, entre feirantes, fregueses, fornecedores e atravessadores, traz à tona a questão de como as mulheres comerciantes das feiras livres cultivam os seus laços sociais e atuam no mundo do trabalho produtivo. Evocar saberes culturais e tradicionais, que são sistematizados na história das trabalhadoras que atuam nas feiras livres, também gera o questionamento sobre desafios e enfrentamentos compartilhados no território da feira-livre, entre as feirantes e os seus modos de vida, as suas memórias, condições de trabalho, experiências de gênero e identidade social (VEDANA, 2004).

A maior parte das mulheres feirantes que participou do presente estudo são moradoras das áreas rurais de Baturité e de municípios vizinhos. Elas laboram, além da feira, em atividades agrícolas e domésticas, o que não é uma relação casual. A causalidade entre a agricultura e a feira é demonstrada pelas interlocutoras, que explicam que os produtos plantados são os mesmos vendidos. Essa relação também é evidenciada na história de outras mulheres agricultoras, que vendem seus produtos na feira para complementar a renda familiar. A obra *Marcha das Margaridas* (LUNAS, 2015) apresenta um quadro de mulheres com as mesmas características laborais e com os mesmos desafios econômicos e de condição de trabalho.

Vale ressaltar que o trabalho na feira e na agricultura não isenta as trabalhadoras do que será chamado aqui de uma terceira jornada laboral, dedicada às atividades domésticas, sendo-lhes imputada por parentes e familiares. Denominada aqui como a *terceira jornada de trabalho*, essa atribuição frequentemente permanece invisível em termos de reconhecimento social e econômico. A ausência de remuneração por essa jornada, aliada à imposição social para que as mulheres a realizem, representa mais um desafio enfrentado pelas trabalhadoras feirantes ao longo de sua trajetória profissional (LOBO, 1991).

A terceira jornada de trabalho faz parte de heranças sociais deixadas pelo patriarcado durante séculos, tanto na história ocidental quanto em várias outras partes do mundo. Nessa condição, as mulheres foram - e seguem sendo - frequentemente submetidas a padrões de comportamento que refletem a influência da cultura patriarcal. A colonização do Brasil, por exemplo, trouxe consigo costumes e ideologias que podem ser exemplificados pela predominância do patriarcado, onde historicamente os homens detêm o poder e a autoridade, relegando as mulheres a posições socialmente inferiores. É importante observar que a manifestação do patriarcado e a experiência das mulheres variam consideravelmente em diferentes culturas e períodos históricos, tornando crucial uma análise contextualizada em cada situação (DEL PRIORE, 1997).

A cultura patriarcal no Brasil reflete profundamente as influências deixadas pelo período colonial, estabelecendo uma hierarquia na qual os homens ocupam uma posição de superioridade em relação às mulheres. Essa herança cultural moldou uma divisão rígida de papéis sociais, reservando aos homens o acesso a praticamente todos os cargos de poder, enquanto as mulheres eram predominantemente confinadas aos espaços domésticos. Contudo, a entrada das mulheres nas fábricas durante a Revolução Industrial marcou um ponto de viragem significativo, desafiando essa realidade estabelecida.

No entanto, mesmo com a crescente presença feminina no trabalho fabril, durante a Revolução Industrial, elas frequentemente se deparavam com a realidade de receber salários inferiores e serem designadas para posições de maior subalternização. Isso significa que, apesar de sua participação ativa no mercado de trabalho em expansão, as mulheres ainda enfrentavam discriminação salarial e desafios de gênero consideráveis. Essa disparidade salarial e a persistente subordinação de gênero representavam obstáculos significativos, que as mulheres precisavam superar enquanto buscavam um papel mais proeminente na economia industrial emergente (LOBO, 1991).

Ao longo da trajetória histórica, desde os períodos coloniais até a contemporaneidade globalizada, observamos transformações profundas nas dinâmicas econômicas e sociais (CASTELLS, 2002). Durante o período colonial, a ênfase econômica recaía frequentemente na exploração de recursos naturais, estruturada por hierarquias e disparidades sociais. Com o tempo, as nações buscaram autonomia e estabeleceram sistemas econômicos próprios. A transição para a era industrial marcou uma mudança significativa, com o surgimento de empregos formais e a consolidação de mercados locais. Contudo, com o avanço da globalização, as fronteiras econômicas se tornaram mais permeáveis, impulsionando a competição e a interdependência em escala mundial. O mercado de trabalho formal tornou-se

altamente competitivo, enquanto o setor informal expandiu-se, apresentando desafios e oportunidades para diversos grupos, notadamente as mulheres, que agora enfrentam a necessidade constante de se adaptar e se inserir nos distintos núcleos econômicos. A participação feminina em atividades econômicas, como nas feiras livres, não apenas espelha uma evolução econômica, mas também denota uma transformação nas percepções de gênero e no papel das mulheres na sociedade contemporânea (CASTELLS, 2002).

À medida que a integração em contextos formais se torna cada vez mais desafiadora, as feiras livres emergem como uma alternativa de emprego para mulheres, sendo uma atividade originária do setor informal.

Segundo Anacleto, Coelho e Curvelo (2016), a participação feminina nas feiras livres se deu primeiramente pela necessidade das mulheres em se envolverem em atividades laborais, para além do cuidado do lar e da família, complementando a renda da casa, colocando-se à frente de iniciativas econômicas, como a venda de produtos e mercadorias em feiras livres.

O sentimento de aptidão das mulheres em iniciar empreendimentos que lhes auferissem renda se verificou considerando a escassez de alternativas formais destinadas às mulheres, os empregos informais são, assim, um dos caminhos possíveis para a manutenção e sobrevivência dessas mulheres e suas famílias. A remuneração injusta na informalidade laborativa, assim como em empregos formais, é um fator relevante para se pensar as questões de trabalho, reafirmando a necessidade e as dificuldades da presença de mulheres nas feiras livres.

Com as mulheres assumindo o comando dos negócios nas feiras, observa-se, por outro lado, uma quebra significativa de paradigmas, especialmente no que diz respeito às dinâmicas tradicionais de gênero no ambiente de trabalho. Anteriormente, a liderança e a participação ativa nos setores comerciais, como o comércio de rua, eram predominantemente atribuídas aos homens. A ascensão das mulheres nesse cenário não apenas desafia a norma estabelecida, mas também reconfigura as percepções sociais sobre o papel das mulheres na esfera econômica. Essa mudança não apenas impacta a renda e a independência financeira das mulheres, mas também representa uma transformação comportamental e uma redefinição dos papéis de gênero, destacando a importância desse fenômeno como um tema crucial para discussões sociológicas e antropológicas.

Diante disso, o propósito desta pesquisa é aprofundar a compreensão das trajetórias de vida e experiências profissionais das mulheres que atuam nas feiras livres de Baturité, no Estado do Ceará. Para atingir esse objetivo, exploramos concepções teóricas relacionadas à feira livre, sob a perspectiva das mulheres feirantes, utilizando as categorias de análise de gênero e trabalho. Este estudo baseou-se em levantamentos bibliográficos sobre mulheres feirantes,

investigação das motivações individuais que as levam a participar da feira e compreensão das principais dificuldades enfrentadas no cotidiano pelas mulheres feirantes. Destaca-se ainda que, durante o percurso da pesquisa, a categoria de análise Identidade surgiu em meio aos diálogos com as participantes da pesquisa, de forma que, apesar de não ser o principal objetivo da pesquisa, viu-se a necessidade de contemplar a discussão identitária na pesquisa, a fim de aprofundar diálogos e compreensões sobre as identidades sociais que as feirantes de Baturité assumem.

A relevância da presente pesquisa se evidencia pela escassez de estudos, especialmente acerca das mulheres feirantes do município. Adicionalmente, a feira livre estudada possui bastante importância para os moradores, uma vez que atrai muitas pessoas e movimentam indivíduos de toda a macrorregião de Baturité.

No primeiro capítulo da dissertação, são abordadas as motivações que suscitaram o interesse pelo desenvolvimento do estudo e sobre a temática da pesquisa. Além disso, são delineados o tema da investigação e os aspectos da concepção metodológica, relacionados à história oral e à memória, entrelaçados ainda com elementos da etnografia, etnofotografia e das experiências vividas na feira.

Além disso, este estudo apresenta uma análise dos principais conceitos relacionados ao gênero e ao trabalho, conforme discutidos por diversos autores. Rago (1995), Scott (1988) e Saffioti (1976) oferecem contribuições significativas ao abordarem aspectos históricos e reflexivos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, destacando-o como uma questão de gênero. Araújo e Lombardi (2013) enriquecem a compreensão do mercado de trabalho informal, com foco na presença predominante de mulheres. Leacock (2019) oferece uma perspectiva multicultural dos estudos de gênero, contribuindo para a desconstrução da cultura patriarcal ao destacar as diferenças nas características femininas e masculinas em diferentes contextos culturais. Quendau (2007) amplia nossa compreensão do trabalho feminino ao explorar a interligação entre maternidade e educação da mulher. Rocha e Vargas (2021), juntamente com Carvalho (2021), Alves (2020) e Silva (2008) oferecem uma reflexão sobre as mulheres feirantes em uma feira livre no Ceará, enquanto Antunes (2009) e Saviani (2007) proporcionam uma análise mais direta sobre o trabalho e o trabalhador. Além disso, Cândido (2002) discute o trabalho e os trabalhadores em Baturité durante a construção das linhas férreas, acrescentando uma perspectiva histórica valiosa ao nosso entendimento sobre essa dinâmica.

Para iniciar a discussão sobre o trabalho das feirantes, proporcionando um quadro orientador (Quadro 1 — Informações gerais das interlocutoras - 2023), o quadro se faz relevante devido a uma apresentação inicial de quem são as feirantes e o contexto em que estão inseridas,

levando em consideração informações voltadas a seu nome, idade, o tempo de atuação na feira livre de Baturité e localidade em que residem. Essas informações também se fazem importantes pois levam em consideração a distância percorrida pelas feirantes para chegarem em seu local de trabalho, melhorando o entendimento sobre os desafios relatados pelas feirantes, além de ser possível identificar, a partir do tempo de atuação na feira-livre as principais mudanças ocorridas e percebidas por elas, a idade das interlocutoras também se faz relevante pois leva em consideração a relevância da feira para diferentes faixas etárias, as políticas públicas direcionadas ao público mais velho, as oportunidades de trabalho formal e informal para públicos mais jovens e mais velhos.

Ainda no primeiro capítulo é apresentado os aspectos éticos da pesquisa e as implicações da ética em uma pesquisa com seres humanos, levando em consideração as diretrizes éticas do CONEP- Conselho Nacional de Ética em Pesquisa e o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa, que consideram a pesquisa com seres humanos éticas aquelas que passam pela avaliação ética do CEP e respeitam os direitos e garantias de todos os participantes de pesquisa e/ou seus dependentes (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2024).

No segundo capítulo, abordamos conceitos fundamentais sobre gênero, trabalho e mulheres, com o objetivo de promover uma discussão enraizada nas reflexões teóricas de renomados autores. Nesse sentido, buscamos oferecer um contexto histórico, reflexivo e transcultural sobre o trabalho das mulheres feirantes em Baturité-CE. Baseando-nos nas contribuições de Saffioti (1976) e Scott (1988), exploramos o trabalho das mulheres feirantes e a interseção entre trabalho e gênero, enriquecendo nossa compreensão com os estudos de Carvalho (2021), Araújo e Lombardi (2013), Alves (2020) e Silva (2008). Além disso, nos aprofundamos nos conceitos transculturais dos papéis de gênero, conforme proposto por Leacock (2019), visando desconstruir estereótipos e aproximar-nos da realidade das mulheres feirantes, que desafiam tais concepções ao assumirem funções tradicionalmente associadas aos homens. Em um outro viés, traçamos a história da cidade de Baturité, destacando a luta dos trabalhadores da linha férrea e sua influência na formação da identidade laboral da região. Estabelecemos uma conexão entre essa história e a das mulheres feirantes, preparando o terreno para uma análise geográfica e social da feira livre local. Utilizando etnofotografias, evidenciamos a integração da feira livre no contexto urbano e social de Baturité. Por fim, discutimos conceitos relacionados à identidade social, destacando seu papel na formação de grupos sociais e na exclusão daqueles que não se encaixam nas definições estabelecidas. Esses conceitos são essenciais para compreender a complexa realidade da feira, onde diferentes

origens e grupos comerciais convergem, resultando na formação de identidades diversas, seja como feirantes, habitantes de Baturité ou agricultores, e na divisão territorial da feira.

Ademais, destacam-se o gênero, o trabalho e a identidade como categorias de análise fundamentais para a investigação com as interlocutoras. A categoria gênero é abordada através de um breve histórico do termo, embasado em Scott (1988), Saffioti (1976), Araújo e Lombardi (2013), Leacock (2019) Quendau (2007), Rocha e Vargas (2021), Carvalho (2021). Explora-se como essa categoria se entrelaça com as trajetórias de vida das mulheres feirantes, introduzindo questões da realidade laboral das interlocutoras por meio de relatos e fotografias. Quanto à categoria identidade, a discussão baseia-se em uma fundamentação teórica alinhada a Silva, Hall e Howard (2014) e Pollack (1992), explorando essa relação conceitual com a autodeterminação das mulheres feirantes de Baturité.

No terceiro capítulo, aprofundamos a análise da individualização da identidade das mulheres feirantes, explorando como elas moldam suas identidades em meio às suas próprias vivências e memórias. Destacamos como construíram suas trajetórias de vida e trabalho na feira, abordando suas principais adversidades, peculiaridades e os momentos de alegria, tristeza e revolta que experienciaram ao longo desse percurso. Buscamos igualmente evidenciar como as relações de poder e a negação de direitos se manifestam de forma violenta através dos relatos das participantes. Além disso, dedicamos uma discussão à territorialidade e ao poder, recorrendo aos conceitos propostos por Raffestin (1993) e Pietrafesa (2014), os quais nos auxiliam na compreensão do território, territorialidade e das dinâmicas de poder. Nesse contexto, a análise de Silva (2015) sobre esses conceitos em uma feira livre contribui significativamente para nossa compreensão de como eles se manifestam na realidade da feira e influenciam as interações entre as feirantes.

As considerações finais destacam como foi possível refletir sobre a presença feminina no espaço público e suas relações de poder na Feira Livre de Baturité, Ceará. Apesar de terem conquistado o direito de caminhar para além dos recessos privados do patriarcado e de votar, a falta de políticas públicas de segurança evidencia que o poder sobre o território não é exercido pelas mulheres. Além disso, as oportunidades de educação e emprego também são desiguais para as feirantes, e as tarefas domésticas ainda são, em grande parte, responsabilidade feminina. As relações de poder estão intrinsecamente ligadas a questões coloniais e patriarcais, tornando a feira livre um território de luta e reafirmação da existência feminina.

Portanto, é crucial que políticas públicas de segurança e igualdade de oportunidades sejam implementadas para garantir a participação feminina plena e justa no mercado de trabalho formal e informal. As feirantes, como trabalhadoras informais, precisam ser valorizadas e

protegidas. Além disso, as tarefas domésticas precisam ser compartilhadas igualmente entre homens e mulheres. Somente assim será possível promover relações de poder mais equitativas e acabar com a perpetuação de estereótipos de gênero na sociedade, desigualdades e injustiças.

CAPÍTULO I - PERCURSO DA PESQUISA: A INCIDÊNCIA NO CAMPO

1.1 Inquietações fora da academia: primeiras motivações de pesquisa

Ainda criança, tive a chance de vivenciar com a minha mãe experiências na feira da Vila União, na periferia de Fortaleza. Nós éramos tanto vendedoras quanto clientes. Ficava observando a forma como cada feirante tentava chamar a atenção para seu produto: algumas gritavam, outras cantavam e, às vezes, havia silêncio em outras bancas. De alguma forma, cada detalhe de cada feira pela qual passei em minha vida trazia elementos diferentes e me fazia tentar compreender o perfil de cada trabalhadora ali, as razões que as levavam àquele espaço, as alegrias e tristezas de estar na feira, entre outros aspectos. Além da feira, minha mãe trabalhou em diversos outros campos dos serviços informais.

Foram, contudo, as falas nas feiras em que estive que me transmitiram a alegria em ser feirante, os desafios, as disputas por espaços, as histórias de vida, entre outros elementos que traziam à tona a magnitude territorial que a feira representa, tanto para aquelas que a fazem quanto para as que a frequentam e permeiam aquele território. Morando há três anos em Baturité, ouço cotidianamente as/os primeiros feirantes chegando e, do meu antigo apartamento, vêm-me as memórias de quando minha mãe participava de feiras livres, vendendo biquínis e peças de roupa íntima. Junto às memórias, sinto reacender as inquietudes infantis de entender melhor como aquelas feirantes se sentiam naquele espaço e quais eram os maiores desafios em estar na feira livre.

As mulheres feirantes enfrentam desafios consideráveis em razão do gênero, que se refletem em sua inserção no mercado de trabalho, na conciliação do trabalho com a vida familiar e na violência e discriminação que enfrentam. Nas falas de algumas interlocutoras deste trabalho, é possível localizar as seguintes precariedades: falta de banheiros e espaços para higiene pessoal, ausência de estrutura física para a montagem de bancas, dificuldade na infraestrutura do espaço, trazendo riscos à população que frequenta a feira e às feirantes, desafios no transporte, além da falta de segurança no trânsito, com relatos de acidentes no trabalho e no percurso até o local da feira. Além disso, há relatos de discriminação e violência que podem afetar a saúde mental e física, inclusive levando a quadros de depressão, ansiedade e até mesmo a doenças físicas. É importante que políticas públicas sejam implementadas para garantir a participação feminina plena e justa nos diversos espaços, por meio de ações que promovam um espaço de trabalho adequado às mulheres feirantes, a igualdade de oportunidades e a proteção contra a discriminação e a violência. Tais ações incluem a construção de banheiros

e espaços para higiene pessoal nas feiras, a melhoria da infraestrutura das feiras e o apoio à conciliação do trabalho com a vida familiar.

Ante o objetivo de entender os poderes e perigos em tantas falas ouvidas e sentidas busquei pesquisar e escrever sobre mulheres. No entanto, não sobre mulheres de forma generalizada, mas sim falar sobre a vivência das mulheres que se assemelhavam às de minha família em suas lutas e caminhadas. Foi por intermédio deste sentimento que escrevi a minha monografia para o trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Antropologia.

Mesmo sendo capaz de responder a algumas questões naquele trabalho de conclusão de curso, minhas inquietudes tornaram-se mais intensas. Eu já não olhava para os espaços e territórios como meras paisagens, me perguntava sempre “O que é ser mulher trabalhadora e pobre neste/naquele contexto?” ou “Por que ela está trabalhando ali e não acolá?”. Essas inquietações, além de me devolverem a memória das razões que me faziam ser atraída para questões de mulheres e trabalhos informais, também aguçaram o meu olhar para o cotidiano das feirantes, de tal forma que entendi que não posso separar meu campo de pesquisa de minha vivência. Por isso, pesquiso e escrevo sobre mulheres feirantes, na busca de dimensionar momentos e histórias do passado, ante a construção de novos saberes e a tentativa de cessar minhas inquietudes sobre as trajetórias de mulheres no território da feira livre em Baturité-CE.

Diante do breve memorial das motivações que me levaram a pesquisar sobre a trajetória de vida e trabalho das mulheres feirantes, dou continuidade ao trabalho utilizando o verbo na terceira pessoa, uma vez que o processo de pesquisa científica é composto por uma gama de diálogos entre orientadores/as e participantes da pesquisa.

1.2. Delimitação do problema de pesquisa

Buscando compreender o contexto histórico de como as mulheres avançaram politicamente para conquistar o trabalho remunerado e se fazerem presentes no espaço público sem a presença de seus maridos, Rago (1995) observa que teve de haver mudanças significativas entre o passado e o presente da luta feminista. Na atualidade, é comum encontrar mulheres em seus postos de trabalho nas mais variadas situações e exercendo seu direito ao voto. Entretanto, a história dessas mulheres em suas lutas por direitos à e cidadania ainda é pouco conhecida.

A inserção das mulheres no espaço público foi moldada pela presença significativa delas em diversas esferas de trabalho a partir do início do século XX no Brasil. Isso englobava mulheres atuando em fábricas, no campo, em propriedades rurais e desempenhando trabalhos

domésticos, como lavadeiras, cozinheiras e governantas. Além disso, ocupavam posições em escolas, secretarias, lojas, asilos e até mesmo nas ruas, desempenhando papéis como floristas, vendedoras de charutos e cigarros e prostitutas. Nas classes mais privilegiadas, algumas mulheres exerciam profissões como engenheiras, médicas, advogadas, musicistas e escritoras (RAGO, 1995, p. 602).

Dessa forma, Rago (1995) interpreta que a emancipação das mulheres resulta da conquista dos espaços públicos que anteriormente eram exclusivos aos homens, especialmente no que se relaciona à circulação das mulheres na cidade, que se intensifica à medida que elas ingressam no mercado de trabalho, percorrendo diariamente o trajeto entre casa e trabalho. Os espaços públicos ocupados por mulheres passam a ser diversos. Margareth Rago também contribui para a compreensão das significações da emancipação feminina no Brasil em sua obra *Trabalho feminino e sexualidade* (1995). Ela discorre sobre o movimento das mulheres trabalhadoras no Brasil, dedicando-se no final de seu texto à questão da emancipação da mulher a partir da história desse movimento.

Em 1932, as mulheres no Brasil alcançaram uma conquista significativa ao obterem o direito ao voto, resultado de lutas organizadas que contestaram os padrões normativos que limitavam a vida feminina ao âmbito doméstico e à invisibilidade social. No período compreendido entre os anos 1930 e 1960, os movimentos feministas emergiram, questionando não apenas a opressão machista, mas também a imposição de comportamentos femininos, as pressões do mercado de consumo e as políticas da ditadura militar, mediante exclusão e a opressão.

Além disso, durante esse período, outros grupos sociais uniram-se à luta contra os padrões tradicionais de gênero e sexualidade, desafiando as normas impostas às feminilidades e masculinidades. Os movimentos sociais negros destacaram-se ao incorporar demandas específicas da população negra no espaço público, como indicado por Rago (1995). Essa convergência de lutas ampliou o escopo das reivindicações por igualdade, abrangendo não apenas as questões de gênero, mas também as dimensões raciais e sociais.

Pode-se dizer, então, que, desde o início do século XX, emergiu uma forte resistência contra as estruturas patriarcais e outras questões suscitadas pelo movimento feminista. Esse ímpeto ganhou força com a união das mulheres operárias, que representavam o setor mais oprimido da classe proletária, enfrentando não apenas a opressão de gênero, mas também as adversidades como uma classe explorada e desprivilegiada. Nesse contexto, as trabalhadoras tornaram-se protagonistas destacadas na busca por uma revolução social que visava estabelecer direitos igualitários entre os gêneros e as pessoas.

É crucial destacar que essas mulheres operárias compartilhavam uma perspectiva alinhada à teoria marxista, que analisa a opressão do/a trabalhador/a no contexto do capitalismo. Em outras palavras, elas não apenas concordavam com os princípios fundamentais dessa teoria, mas também a utilizavam como um arcabouço para compreender e combater as diversas formas de opressão que enfrentavam.

Na segunda metade dos anos 1970, diversos grupos feministas se organizaram, dando origem à consolidação do feminismo como um movimento social. Essa consolidação fortaleceu ainda mais os questionamentos relacionados ao âmbito público e privado, à família, à sexualidade e ao poder disciplinar. Em 1985, as primeiras delegacias especializadas da mulher foram estabelecidas, marcando uma reviravolta no significado da expressão *mulher pública*. No final do século XX, abandonou-se, enfim, o estigma de que a mulher que trabalhava na rua era prostituta e passou-se a significar a presença feminina no espaço público como ampliação da expressão da democracia (RAGO, 1995).

Associa-se aqui a discussão acerca dos significados de *ser mulher pública*, expostos por Sarti (2004), com as semelhanças denotadas da vivência da mulher feirante, visto que essa vivência perpassa o espaço público, destacando-se a presença de mulheres trabalhadoras na feira como fruto do movimento de lutas feministas pelo direito de se fazer presente fora do lar (SARTI, 2004).

A partir da década de 1990, a pauta sobre violência contra mulheres, crianças e adolescentes ganhou destaque, sendo possível constatar a exposição da mulher em relação à violência, o que mostra a necessidade de se trabalhar os mecanismos relacionais entre vítimas e agressores. A discussão sobre a violência contra crianças e adolescentes também ganhou profunda importância devido à instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (SARTI, 2004).

Além disso, as discussões sobre o feminismo passaram a abordar a questão do acesso à informação sobre as agendas feministas, destacando a ausência de representação de todas as mulheres, especialmente daquelas que residem em regiões periféricas e que não eram contempladas pelas pautas do movimento feminista de mulheres brancas e burguesas. Esse distanciamento resultava em muitas mulheres que não se identificavam com as reivindicações do feminismo, uma vez que as experiências e oportunidades eram desiguais entre mulheres e homens em diferentes contextos (SARTI, 2004).

Para as mulheres da classe proletarizada, a questão ontológica de ser mulher agregava valores da família e da moralidade, demonstrando a inexistência da autonomia feminina em si. Logo, existiam limites no movimento feminista, de forma que as mulheres se percebiam

enquanto mulheres a partir de diferentes contextos sociais e culturais, demonstrando sua relação de alteridade (SARTI, 2004).

A maioria das mulheres das classes trabalhadoras exerciam atividades com serviços domésticos, como lavadeiras, cozinheiras e limpadoras de casas, enquanto outras mulheres trabalhavam com serviços informais, como venda de cigarros, bombons, entre outros produtos. A pauta sobre discussões feministas e mulheres trabalhadoras informais ainda está sendo debatida, já que, a partir de 1990, houve um aumento do número de trabalhos informais no Brasil, abrindo portas de subempregos para muitas mulheres que não concluíram a escolarização básica (CARDOSO, 2022). Portanto, ao relacionar as discussões sobre as mulheres feirantes com o feminismo, encontram-se desafios tanto na experiência de mulheres quanto no alcance de estudos sobre a temática.

A existência do trabalho informal é um fenômeno social amplamente presente na maioria das sociedades capitalistas contemporâneas. Nos países periféricos do capitalismo, esse fenômeno é mais evidente, como é o caso do Brasil (LEIBANTE, 2013, p. 01)

No artigo *Informal, Ilegal e Injusto: Percepções Sobre o Mercado de Trabalho no Brasil* (2003), Eduardo G. Noronha aborda as diversas interpretações atribuídas ao trabalho informal, contextualizando as modificações mediante as quais o *trabalho informal* vem sendo representado. O autor destaca que o significado da informalidade está intrinsecamente ligado ao conceito de 'formalidade' em cada país e período específico. Embora isso seja evidente, Noronha ressalta que as análises sobre o tema frequentemente negligenciam o conceito oposto do qual a informalidade deriva (NORONHA, 2003, p. 01).

Portanto, ao nos concentrarmos na construção do significado de informalidade no contexto brasileiro, reconhecemos que esse conceito depende do que é considerado formalidade. Noronha argumenta que, atualmente, a informalidade é tratada como um fenômeno objetivo, uniforme e mensurável. Assim, consideramos as recentes mudanças legais propostas por economistas, juristas e pela opinião pública, que resultaram na criação de contratos de trabalho temporários (NORONHA, 2003). Essas mudanças contemplaram parte da reforma trabalhista implementada durante o governo Temer, que introduziu diversas alterações significativas na legislação trabalhista brasileira (BRASIL, 2017)

Uma das principais propostas foi a criação do contrato intermitente, permitindo a prestação de serviços de forma não contínua, conforme a demanda do empregador, visando oferecer maior flexibilidade tanto para empresas quanto, supostamente, para trabalhadores/as, além de anunciar a formalização de parte do trabalho informal e, em tese, proporcionar mais segurança jurídica aos/às envolvidos/as.

No que diz respeito às mulheres, a reforma trouxe alterações que as impactaram diretamente. Uma delas foi a possibilidade de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em locais insalubres, desde que apresentassem atestado médico autorizando, medida que gerou controvérsias e críticas por parte de alguns setores da sociedade devido aos possíveis riscos à saúde das gestantes e lactantes, além das crianças (BRASIL, 2017).

Além disso, as regras para o trabalho em tempo parcial também foram modificadas, permitindo que mulheres e homens exerçam essa modalidade por até 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras, ou por até 26 horas semanais, com a possibilidade de 6 horas extras. Essa flexibilização foi vista por alguns como uma forma de adequar o mercado de trabalho às demandas específicas das mulheres, como a conciliação entre trabalho e cuidados familiares. Assim, a reforma trabalhista do governo Temer trouxe mudanças significativas em relação ao trabalho informal, introduzindo o contrato intermitente como uma forma de formalização, impactando diretamente as mulheres, com alterações nas regras para trabalho em locais insalubres e em tempo parcial, buscando adaptar o mercado de trabalho às necessidades específicas desse grupo (BRASIL, 2017).

Dentre as mudanças mais impactantes, a reforma permitiu a criação de contratos de trabalho intermitentes e temporários, proporcionando maior instabilidade para o proletariado. Além disso, houve ajustes em diversos direitos dos trabalhadores, como férias, jornada de trabalho e negociação coletiva. Essas transformações legais visavam adaptar o mercado de trabalho à dinâmica contemporânea e estimular a empregabilidade, mas geraram, na prática, um desmonte nos direitos trabalhistas já conquistados, ausência da proteção dos direitos trabalhistas e instabilidade laboral.

A partir das décadas de 1930 e 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, o corporativismo estatal estabeleceu um abrangente código de leis trabalhistas, criando percepções de trabalho formal e informal. A partir desse período, começaram a ser estabelecidas regras mínimas de trabalho justo, que gradualmente se estenderam a todas as categorias de trabalhadores/as. Os primeiros beneficiários foram os funcionários/as públicos, que receberam direitos sociais e, assim, alcançaram dignidade e cidadania. Em seguida, foram os trabalhadores/as urbanos/as e, por último, os trabalhadores/as rurais, que tiveram seus direitos trabalhistas estabelecidos na década de 1960. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os trabalhadores foram beneficiados por esses direitos trabalhistas (NORONHA, 2003).

No trabalho coletivo intitulado *Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI* (2013), Ângela Araújo, antropóloga, e Maria Rosa Lombardi, cientista política, abordam o tema do trabalho informal com especial enfoque nas questões de gênero e raça. As

pesquisadoras analisam a progressão do trabalho informal no Brasil ao longo dos anos de 2001 a 2009, destacando o aumento da participação das mulheres, em particular das mulheres negras, no mercado de trabalho informal.

Durante o período de crescimento econômico no Brasil entre os anos de 2000 e 2009, também foi observado um aumento significativo do desemprego. Araújo e Lombardi (2013) abordam essas situações problemáticas ao analisar a precariedade de alguns trabalhos informais e sua relação com o desenvolvimento econômico do país. Além disso, elas enfatizam a crescente participação feminina no mercado de trabalho assalariado. De acordo com os dados apresentados pelas autoras, muitas mulheres passaram a receber salários a partir dos anos 2000, enquanto anteriormente o seu trabalho exercia um papel complementar à renda de seus maridos e famílias (ARAÚJO, A., LOMBARDI, M. 2013).

No contexto das feiras livres, por exemplo, as mulheres muitas vezes trabalham como feirantes autônomas, vendendo produtos que elas próprias, junto da família, produzem ou que comprem de produtores locais. Embora este trabalho possa ser uma fonte importante de renda para as mulheres, elas muitas vezes enfrentam desafios como a falta de infraestrutura adequada, a concorrência desleal de lojistas varejistas e atacadistas, o assédio e a violência de gênero.

Além disso, o trabalho informal pode reforçar normas de gênero estereotipadas, como a ideia de que as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado e de cuidados do lar e da família, na medida em que uma das principais razões para algumas mulheres preferirem o trabalho informal está ligada às funções de cuidado com a família e com o lar (CARDOSO, 2022). Isso pode limitar as oportunidades de emprego e a participação das mulheres na tomada de decisões econômicas e políticas.

1.3 Conceituando Trabalho Formal e Informal Sob a Perspectiva de Gênero nas Feiras Livres

Ricardo Antunes (2009), em seus escritos "Classe que vive do trabalho", valida a contemporaneidade do conceito de Marx sobre a classe trabalhadora. De fato, o sentido atual da classe trabalhadora está relacionado com o trabalhador produtivo e com o que ele produz. No entanto, é importante observar que, enquanto tradicionalmente o proletariado industrial e o conjunto de assalariados representavam uma grande parte da população, hoje observamos um aumento significativo no número de desempregados¹. Além disso, muitos proletários enfrentam

¹ Segundo o IBGE, no segundo trimestre de 2022 havia 10,1 milhões de pessoas desempregadas no Brasil, totalizando 9,3% da população brasileira (BRASIL, 2022)

vínculos precários, caracterizados por contratos temporários ou por tempo determinado com as empresas.

A tendência frequente na redução do proletariado nas indústrias e a expansão ocidental do Toyotismo introduziu a máquina informatizada e as novas formas de trabalho doméstico, sobretudo, as várias máquinas que foram criadas para a realização de atividades domésticas realizadas, principalmente, por mulheres.

Os novos proletários da área fabril e de serviços que constituem o “subproletariado” (ANTUNES, 2009), estão aumentando em escala mundial. Nesse contexto, o subproletariado se caracteriza por trabalhadores de empresas terceirizadas, subcontratados para realização de serviços específicos e individuais.

Em relação à divisão sexual do trabalho, percebe-se um aumento de trabalhadoras no mercado, sendo mais de 40% da classe trabalhadora em diversos países (ANTUNES, 2009). Entretanto, a desigualdade salarial ainda está presente, bem como a desigualdade de direitos e condições de trabalho. Para Antunes (2009), a divisão sexual do trabalho se caracteriza pelas atividades de concepção e capital intensivo, preenchidas por homens e atividades elementares, sem ou com pouco capital de trabalho intensivo ocupado por mulheres, em muitos momentos da história ocupados por mulheres imigrantes ou negras. (ANTUNES, 2009).

O capitalismo vem se apropriando das diversas atividades de cunho social e doméstico realizado pela classe feminina para limitar a emancipação parcial das mulheres, na medida em que a exploração do capital, a opressão e a subordinação de gênero vêm causando repulsa à luta pela emancipação feminina. As mulheres feirantes, apesar de estarem felizes e satisfeitas com seu trabalho, ainda se encontram em situação de exploração quando se veem responsáveis pelo cuidado do lar, dos filhos e da feira.

No contexto das mulheres feirantes de Baturité, o trabalho produtivo na feira é uma forma de sobrevivência, sendo uma atividade que possibilita a geração de renda e a manutenção das necessidades básicas das trabalhadoras e suas famílias. Assim, é possível compreender que as mulheres feirantes estão inseridas em um contexto em que o trabalho é fundamental para suas sobrevivências e que as relações de poder existentes na sociedade também influenciam em suas vivências e experiências enquanto trabalhadoras.

A proeminência sobre o estudo de mulheres feirantes em Baturité/CE está relacionada inicialmente à busca de reflexão das trajetórias no território da feira livre em Baturité-CE, sob a ótica da mulher feirante, evidenciando principalmente os desafios e facilidades de fazer parte da feira-livre da região.

Segundo Vedana (2013), o trabalho informal em feiras livres requer uma compreensão complexa sobre a configuração das relações de trabalho, na medida em que há redes familiares, amizades, cuja circulação em diferentes bancas é comum.

Conforme apontado por Rocha e Vargas (2021), a feira livre se destaca como uma fonte de oportunidades de trabalho em regiões do interior do Ceará, onde os empregos formais são escassos. Esse cenário cria uma abertura para mulheres com baixa escolaridade e que têm responsabilidades domésticas essenciais. Nesse contexto, o trabalho desempenhado por essas mulheres nas feiras desafia as normas do sistema capitalista e patriarcal.

Ao invés de se conformarem com papéis tradicionais de gênero relegados ao espaço doméstico, essas mulheres encontram na feira uma plataforma para exercerem sua independência econômica e social. Esse engajamento contrapõe-se ao modelo econômico que historicamente marginalizou as mulheres, evidenciando um diálogo entre economia, justiça social e desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o trabalho das mulheres nas feiras não apenas fornece uma fonte de renda alternativa, mas também promove uma redistribuição de poder e recursos dentro da sociedade. Esse papel intersocial desempenhado por elas contribui para a construção de uma comunidade mais equitativa e resiliente, onde as mulheres são reconhecidas como agentes ativos na promoção do desenvolvimento econômico e social.

A participação das mulheres nas atividades produtivas na feira-livre de Baturité-CE levanta importantes questões relacionadas à sua presença nos espaços públicos e privados, evidenciando questões que envolvem gênero, trabalho e produção material e simbólica. Nesse contexto, surge a pergunta central desta dissertação: como as trajetórias de vida e trabalho das mulheres feirantes têm se construído a partir de sua inserção cotidiana na feira livre de Baturité-CE?

Desta forma o objetivo geral é compreender como se vem construindo as trajetórias de vida e trabalho das mulheres feirantes a partir de sua inserção cotidiana na feira livre de Baturité-CE.

1.4 Objetivos Específicos

Com base na análise das trajetórias da feira sob a perspectiva da mulher feirante de Baturité-CE, busca-se responder essa questão. Como destacado por Rocha e Vargas (2021), compreende-se que o trabalho da mulher feirante envolve desafios e lutas, tornando esta pesquisa uma oportunidade para descobrir e registrar as experiências das trabalhadoras da feira

de Baturité. Para isso, é necessário percorrer três pontos centrais que conduzirão à pesquisa proposta:

O primeiro objetivo específico consiste em compreender, por meio do registro da memória das mulheres feirantes, como ocorreu a sua inserção na feira de Baturité, estabelecendo conexões entre as categorias de gênero e trabalho.

A participação das mulheres nas feiras auxilia na compreensão de suas trajetórias no mercado de trabalho. Embora as experiências das feirantes possam variar, é na diversidade que se constrói a experiência individual das mulheres na feira. Santos e Oliveira (2010) afirmam que as relações de gênero são construções sociais que legitimam a opressão das mulheres pelos homens, mas que a categoria de gênero pode ajudar a desnaturalizar essas opressões e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Nesta pesquisa, é importante investigar as questões objetivas e subjetivas sob a perspectiva das mulheres feirantes, e como as relações de poder e gênero se expressam no território da feira livre. O registro da memória das feirantes também marca o momento histórico em que a feira se tornou uma oportunidade de emprego para as mulheres. É fundamental compreender as principais motivações que levam as mulheres a trabalharem na feira. A conexão entre a memória das interlocutoras e sua experiência como feirantes, em relação à compreensão e consciência das desigualdades de gênero, emerge a partir das lembranças de vivências específicas que evidenciam situações de violência de gênero no ambiente de trabalho das feirantes.

O segundo objetivo é analisar a trajetória de vida e trabalho das mulheres feirantes, a partir da perspectiva feminina de atuação no espaço de trabalho informal.

O conhecimento produzido a partir do território da feira-livre em suas trajetórias femininas tem caráter relacional, mostrando como o espaço de trabalho é experienciado e produzido pelas interlocutoras. As dinâmicas urbanas próprias do universo da feira e do seu espaço foram socialmente construídas para o ser masculino (CARDOSO, 2022), sendo aqui questionadas a partir do olhar feminino que atua nesse território. Busca-se ouvir e entender a trajetória pessoal das feirantes de Baturité, no intuito de salientar como as suas vivências se relacionam com a região do Maciço de Baturité, percebendo o território da feira como único com suas diferenças em outras feiras, além de construído por feirantes locais da região. A relação que cada feirante possui com a feira em sua trajetória de vida destaca instâncias que só as mulheres em suas memórias e vivências compartilhadas podem relatar. Desta forma, evidenciar a identidade da mulher feirante de Baturité se torna possível através da escuta e diálogo sobre trajetórias de vida das trabalhadoras da feira de Baturité.

Segundo Vedana (2013), ser feirante é também fazer a feira, à medida que a experiência de cada feirante fortalece as relações de sociabilidade que a feira possui. Ao afirmar que ser feirante é também fazer a feira, o autor ressalta que a experiência de cada trabalhadora é fundamental para a construção das relações de sociabilidade que caracterizam esse espaço.

Isso ocorre porque a feira é mais do que um local de comércio, é um espaço de encontro e convivência social. Os/as feirantes têm um papel importante nessa construção, pois são eles que interagem com os/as clientes, apresentam seus produtos, negociam preços e, muitas vezes, estabelecem relações de confiança e amizade com as pessoas que frequentam a feira.

Assim, a experiência de cada feirante é fundamental para a construção e fortalecimento dessas relações sociais, pois cada trabalhador traz consigo suas próprias vivências, histórias e perspectivas, que se somam e se entrelaçam na dinâmica da feira. Isso contribui para que a feira seja um espaço de diversidade e de trocas culturais, onde as pessoas podem conhecer e interagir com diferentes realidades e modos de vida.

O terceiro objetivo é identificar, a partir da compreensão das relações de gênero e identidade, os principais desafios cotidianos vivenciados pelas mulheres feirantes em relação ao trabalho.

Para compreendermos as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras feirantes, é essencial que consideremos a história das mulheres na luta por direitos no espaço urbano desde o século XIX e suas dificuldades em se manter no mercado de trabalho (RAGO, 1995). Dessa forma, torna-se crucial compreender como os desafios se apresentam para as mulheres que trabalham no setor informal, como é o caso das feirantes.

Rago (1995) contextualiza o processo histórico para a mulher ocupar o espaço público e conquistar direitos à cidadania. Vale ressaltar que nos escritos de Rago (1995) é chamada a atenção para a força trabalhadora feminina como propulsora da luta feminista nos anos 1960, colaborando diretamente para a conquista do espaço de trabalho para as mulheres feirantes de Baturité. Logo, a conquista feminina do espaço público é expressa principalmente nesta pesquisa e nas experiências narradas pelas interlocutoras, ao relatarem os primeiros anos na feira e a presença feminina desde o início do seu trabalho na feira.

Através da realidade destacada pelas sujeitas da pesquisa, o momento de escuta e diálogo não tem o único objetivo de sintetizar o que fez as mulheres feirantes de Baturité estarem no setor informal da economia regional. Além disso, busca-se entender como essas mulheres vivenciam o território da feira com seus/suas clientes e colegas de trabalho. Esse objetivo pretende destacar como a mulher ocupa o espaço público atualmente ante as violências que estão presentes em seu cotidiano.

Durante a história do movimento feminista, percebeu-se que a conquista do espaço público para as mulheres aconteceu de maneira lenta e desafiadora. Mesmo após algumas conquistas, ainda é possível enxergar violências simbólicas e concretas com os corpos femininos. Nesse sentido, compreender como são experienciados os desafios atuais em estar no espaço público segundo as mulheres feirantes é primordial para identificar as adversidades que as trabalhadoras enfrentam para se manter no espaço público.

1.5 Aspectos éticos da pesquisa

O compromisso ético diante da pesquisa, respaldado pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (CAAE 63723422.1.00005576), consiste em garantir a integridade e proteção das/os participantes envolvidas/os no estudo. Esse compromisso implica em seguir diretrizes éticas rigorosas ao conduzir a pesquisa, assegurando o respeito aos direitos e bem-estar das/os participantes. Isso inclui a obtenção de consentimento informado, a preservação da confidencialidade dos dados coletados, a minimização de riscos e a divulgação transparente dos objetivos, procedimentos e resultados da pesquisa. O cumprimento desses princípios éticos visa garantir a validade e a credibilidade do trabalho, além de promover a responsabilidade e o respeito pelas interlocutoras e demais pessoas envolvidas.

1.6 Metodologia e instrumentos de pesquisa

No percurso da realização da pesquisa, o trabalho de campo foi iniciado com o mergulho no cotidiano da Feira de Baturité. Realizando inicialmente as aproximações e as conversas nas bancas² em que as interlocutoras trabalham durante as manhãs de segunda a sábado, já que, pela tarde, as feiras não funcionam. As conversas duravam em média entre uma e duas horas e, posteriormente, eram retomadas em outros dias de feira. Nos dias da pesquisa de campo, a visita era realizada em todas as bancas, para que se firmasse um fortalecimento da interlocução entre a pesquisadora e as mulheres feirantes, interlocutoras e participantes da pesquisa.

Na realização dos procedimentos foram mantidos todos os nomes reais, na medida em que isso foi permitido pelas interlocutoras e pelo comitê de ética em pesquisas científicas, além da relação com as fotografias apresentadas no trabalho. Para a escolha das interlocutoras que iriam participar diretamente da pesquisa, foram utilizados três critérios principais. O primeiro

² Bancas são estruturas cobertas por lonas, geralmente construídas com materiais como madeira ou ferro, destinadas a serem utilizadas como espaços de venda. No contexto atual, esses espaços são empregados pelas feirantes para expor e promover a venda de seus produtos, alcançando as pessoas que transitam pelo local da feira.

refere-se à disponibilidade das feirantes em participar da pesquisa, na medida em que muitas trabalhadoras não se sentiam à vontade em participar. O segundo foi o período de trabalho na feira, de forma que fossem priorizadas mulheres que estivessem trabalhando na feira por um maior período de tempo, já que seria possível uma narrativa com mais riqueza de detalhes sobre como a feira de Baturité foi se construindo ao longo dos anos e quais foram as principais mudanças desde que as interlocutoras começaram a trabalhar ali. Procurou-se então dialogar com mulheres que trabalhavam na feira há no mínimo 10 (dez) anos. O terceiro critério refere-se à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, na medida em que foi constatado que muitas mulheres gostariam de ser entrevistadas, mas não se sentiam à vontade em assinar o termo, relatando insegurança quanto ao que seria feito com suas assinaturas. Por conta disso, foram utilizadas apenas informações de interlocutoras que assinaram o documento que comprova seu consentimento em participar da pesquisa.

No quadro a seguir, são apresentadas informações básicas sobre as interlocutoras.

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES GERAIS DAS INTERLOCUTORAS (2023)

Nomes	Idade	Cidade onde reside	Tempo de trabalho na feira
Rosângela	37 anos	Capistrano (zona rural)	10 anos
Rosilene	42 anos	Capistrano (zona rural)	20 anos
Francisca	75 anos	Baturité	35 anos
Fátima	67 anos	Baturité	20 anos
Elenice	63 anos	Baturité	50 anos

FONTE — elaborado pela autora, 2023

Ao se analisar o quadro com informações básicas sobre cada interlocutora, são apresentados os anos de trabalho, o tempo de registro das memórias sobre a feira, que são acumuladas ao longo dos anos, e como a história de vida de cada feirante foi se modificando durante tantos anos. A idade das mulheres feirantes foi relevante para a compreensão do momento da vida em que cada feirante adentrou ali, pois apesar de Rosângela ser a mais jovem, com 37 anos de idade, sua experiência conta com momentos de falência financeira e perda de quase todo o seu patrimônio (financeiro e agrícola). Entretanto, a partir de suas vendas na feira, ela conseguiu se reerguer. Experiências iguais às de Rosângela são comuns entre as demais interlocutoras. Entretanto, algumas contam com outras rendas, como no caso de dona Francisca, que possui aposentadoria e ajuda a sua família, tendo a feira como uma renda extra para o sustento.

Diante das particularidades da pesquisa proposta, optou-se por adotar a história oral como metodologia. Acredita-se que essa abordagem metodológica contribui significativamente para a compreensão do objeto de pesquisa e para responder à nossa pergunta de pesquisa inicial. Além disso, foram utilizados alguns elementos da etnografia. De acordo com Geertz (1989), a etnografia vai além de ser simplesmente a aplicação de um método; ela representa um esforço intelectual por parte do pesquisador. A prática da etnografia envolve a construção de relações, a seleção de informantes, a transcrição de textos, a elaboração de genealogias, a cartografia de campos, a manutenção de um diário, entre outras atividades (GEERTZ, 1989, p. 4).

A metodologia escolhida torna-se primordial para a efetivação da pesquisa, pois apenas a partir da experiência das mulheres feirantes é compreendido como a feira de Baturité vem se construindo segundo o olhar dessas mulheres. O registro da memória das interlocutoras é fundamental para saber como as histórias de vida se entrelaçam com o trabalho na feira para as mulheres. Há um diálogo entre a história oral das feirantes e a história das mulheres no trabalho, pois muitos desafios foram enfrentados para a conquista da mulher ao espaço público, e na experiência das interlocutoras, torna-se premente enxergar tais dificuldades (RAGO, 1995).

A história oral, como metodologia que nasce na fenomenologia, mas também sofre influência do materialismo dialético, segundo Trivinos (1987), é fundamental nesse propósito. Na presente pesquisa, utilizar a história oral como metodologia contribui para compreender a trajetória das mulheres feirantes. Isso exige a compreensão das interlocutoras tanto na relação ontológica quanto histórica e social de enfrentamento a injustiças, vivências oprimidas e desigualdades.

Bosi (1979) percebe a memória como uma fenomenologia da lembrança, embora haja diferenças entre as que levam às ações e as que levam ao discernimento, elas dependem sobretudo de um esquema corporal que vive sempre no presente imediato, se alimentando e realimentando da forma como a atualidade se move diante das suas relações com o corpo e a mente (BOSI, 1979, p.44). Essa concepção aparece em um intervalo entre ações e reações do organismo que criam signos na consciência, gerando engajamento, consentimento, trauma, revolta.

Na psicologia social, cada ato de compreensão é um novo ato, embora existam diferenças entre perceber e lembrar, na medida em que essa lembrança absorve as representações de dados imediatos e presentes na consciência (BOSI, 1979). Há uma mistura de milhares de detalhes das experiências passadas com enfrentamentos do presente. De forma concisa, a memória é uma relação entre o corpo presente e o corpo passado, como, por exemplo, uma reserva que cresce a cada instante e que interage com experiências concebidas na totalidade da existência (BOSI, 1979).

As percepções do passado e do presente estão interligadas, portanto, à lembrança, na medida em que o conceito de memória explicita suas marcas deixadas nas representações do passado. O termo *lembrar-se*, segundo Bosi (1979), está relacionado a trazer uma parte do passado para o presente, conforme a retenção de algumas indicações que evocam imagens. Ou seja, a memória, ao permitir a relação do corpo presente com o passado, é integrada a partir de representações das lembranças (BOSI, 1979).

Na pesquisa de campo, tal compreensão sobre memória é fundamental para o entendimento de como a lembrança do trabalho na feira e suas principais adversidades foram sentidas e superadas pelas mulheres feirantes de Baturité. A relação entre o corpo presente e o corpo passado para Bosi (1979) se firma nos relatos de cada feirante sobre como os acontecimentos passados contribuíram para a visão pessoal que elas alcançaram sobre a feira livre, enquanto mulheres feirantes.

Já para Portelli (2012), a história oral significa as memórias de um grupo social que conduzem a uma teoria. Nesse sentido, a oralidade e a escrita não são mutuamente excludentes. Pelo contrário, ao trabalharem em conjunto, apresentam características autônomas e funções específicas, sendo necessário o uso de instrumentos imperativos para cada uma delas.

Nessa perspectiva proposta por Portelli (2012), a relevância social da pesquisa sobre a construção da feira livre, a partir da memória oralizada das mulheres feirantes, torna-se elemento imperativo para a compreensão da história de Baturité, segundo a vida diária e a cultura imaterial dos/das seus/suas sujeitos/as.

A história oral utiliza fontes que narram e se transformam em fontes históricas. Os informantes podem relatar, em poucas palavras, a experiência que dura um longo período ou detalhar minuciosamente um episódio de curta duração, na medida em que suas próprias experiências se conectam com a subjetividade dos/as sujeitos. A história oral, ao utilizar fontes que, através da oralidade, assumem características não hegemônicas, principalmente ligadas à tradição popular, ganha aspectos poéticos e míticos que resultam em narrativas ricamente diversas, cruzando a fronteira entre o que traz o lugar para fora do/a narrador/a e a identidade do grupo social, trazendo à tona o discurso individual e o discurso do grupo (PORTELLI, 2012).

Geertz (1989) faz densa descrição sobre a cultura, em torno do que se constrói a antropologia. O modo de vida global, o legado social que os/as sujeitos/as adquirem de seus povos, bem como a forma de pensar, sentir e acreditar dentro de uma abstração, caracterizam a ciência interpretativa na compreensão dos sentidos da memória do relato oral e da história dos/das interlocutores/as.

A cultura é algo público, porque o seu significado também é, sendo primordial para se compreender o sistema simbólico. No capítulo 09 da obra *A interpretação das culturas* intitulado *Briga de Galos* de Geertz (1989), é descrito um acontecimento que abriu o caminho para a pesquisa sobre a cultura. Apesar de considerar um acontecimento aparentemente fortuito, foi através dele que o pesquisador pôde adentrar na cultura a qual estava pesquisando. Dessa forma, na construção da presente pesquisa, percebeu-se uma semelhança nos acontecimentos. Nesta pesquisa, através de um desmaio, na hora da conversa com as interlocutoras, houve um movimento de socorro que envolveu e gerou preocupação nas mulheres feirantes, de forma que assim foram estabelecidas relações não apenas entre a pesquisadora e as entrevistadas, mas de partilha de experiências entre todas ali presentes.

O início dos diálogos com as interlocutoras foi o momento em que, entre um encontro e outro, houve uma maior confiança e partilha de memórias e lembranças, sendo primordialmente relevantes os momentos de escuta intermitente, a fim de que houvesse liberdade e confiança na conversa. Os diálogos se davam entre o fechamento de uma venda e outra, de forma que estavam em pé durante os diálogos, para facilitar a movimentação e mudança de espaço, caso fosse necessário.

Em resumo, o registro da memória sobre a história das mulheres e do trabalho ganha novas leituras a partir do olhar das próprias mulheres feirantes, de maneira que os conceitos apresentados por Portelli (2012) contribuem para a compreensão do ouvir a oralidade como ferramenta não hegemônica. A narrativa da mulher feirante de Baturité expressa a identidade e

cultura local, trazendo novos olhares sobre ser mulher trabalhadora segundo sua experiência na feira.

Bosi (1979) também auxilia na compreensão da história oral enquanto metodologia, focando principalmente na memória e na lembrança, destacando o sentimento que a lembrança evoca sobre um acontecimento, trazendo elementos sobre o passado e o presente, transformando a lembrança naquilo que a sensação presente vivencia. Desse modo, a mulher feirante, ao relatar sobre suas experiências, além de trazer um olhar do presente sobre o passado, também narra suas principais percepções e compreensão daquele período ou acontecimento e de como agiram para a superação de dificuldades até ali, apontando estratégias das resistências e resiliência, em muitos casos.

O processo de conquista da mulher sobre o espaço público, desde a luta pelo direito ao voto até a entrada no mundo do trabalho formal e no campo da empregabilidade, contribui para contextualizar o percurso que as mulheres precisaram realizar antes de iniciarem seu trabalho na feira de Baturité, trazendo uma conexão entre a mulher e o espaço público. Ao se trazer isso para o contexto de mulheres feirantes, a discussão ganha novas conotações, evidenciando a mulher que trabalha no espaço público e que mantém relações públicas (RAGO, 1995).

Ademais, a inclusão de mulheres da periferia de acordo com as leituras de Sarti (2004), bem como as oportunidades de trabalho desiguais, faz constatar também a escassez de debates sobre mulheres trabalhadoras informais, sobretudo as feirantes de Baturité. Sabe-se que a feira é um território perpassado por sociabilidades e a territorialidade de mulheres feirantes expressa conflitos entre o lar, a família e o ambiente público (ROCHA, VARGAS, 2021).

No registro da imersão no campo de pesquisa, utilizou-se o diário de campo para anotações de percepções do espaço, bem como questionários semiestruturados para iniciar o diálogo e, com a concordância das mulheres feirantes, utilizaram-se também câmeras fotográficas para registros visuais.

Em apoio à história oral, como método de pesquisa empreendido neste estudo, utilizaram-se também elementos da etnografia como recursos para captar diversos aspectos da realidade cultural pesquisada, como, por exemplo, o diário de campo, a observação participante, além de etnofotografias³ e entrevistas com questionários semiestruturados.

A etnofotografia é uma abordagem metodológica que utiliza a fotografia como uma linguagem autônoma para focalizar outra *versão* do saber e do fazer de grupos socioculturais pesquisados. Ela é uma forma de representação visual que busca capturar a cultura de um grupo

ou comunidade, bem como suas práticas e tradições, por meio de imagens fotográficas. A etnofotografia é uma ferramenta importante na pesquisa antropológica, pois permite que as/os pesquisadores/as documentem e analisem a cultura de um grupo de maneira mais completa e precisa (FERNANDES; FERNANDES, 2019).

A observação participante, conceituada por Michael Angrosino (2009), é por sua vez uma estratégia de coleta de dados tanto da etnografia, quanto da abordagem qualitativa de pesquisa, em que o/a pesquisador/a se envolve ativamente em um contexto social ou cultural específico, observando e participando das atividades dos/as sujeitos/as de pesquisa. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das perspectivas e práticas dos/das interlocutores/as, e facilita o estabelecimento de relações de confiança. No entanto, é fundamental garantir a ética da pesquisa, obtendo consentimento informado e respeitando a privacidade dos/das participantes. Em resumo, a observação participante é uma estratégia de pesquisa que envolve uma imersão direta na realidade estudada para compreender a cultura, os valores e os significados compartilhados pelos/as participantes.

Quanto à elaboração do roteiro de entrevista, utilizou-se um conjunto de perguntas propositivas, semiabertas que visaram compreender melhor a trajetória feminina na feira livre. Foi questionado quando as interlocutoras iniciaram o trabalho na feira e quais foram as principais razões que as levaram a atuar nessa área. Além disso, também foi perguntado se as famílias das interlocutoras costumavam ajudar no trabalho na feira ou de alguma outra forma no cotidiano. Como se pode verificar nos ANEXOS I e II, as perguntas foram elaboradas com o intuito de compreender melhor como as mulheres construíram e vêm construindo suas trajetórias de vida e trabalho na feira.

Foi realizado também um breve esquema da feira livre de Baturité, no intuito de situar onde cada interlocutora trabalha naquele território, de forma a compreender melhor suas falas e experiência no trabalho. Ao lado desses debates serão trabalhados a relação do esquema da feira com o conceito de cartografia social, utilizando-se como embasamento teórico Ascelard e Viégas (2013).

Para Ascelard e Viégas (2013), a cartografia social destaca a presença de embates epistemológicos, nos quais grupos sociais buscam estabelecer suas próprias visões sobre o território e suas representações, utilizando as técnicas convencionais da cartografia como ferramentas políticas. Esse processo é fundamental para a formação desses grupos não apenas como *cartografadores*, mas também como atores políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia na produção de informações espaciais e no controle político de suas realidades. Os elementos dessa dinâmica política emergem em meio às transformações econômicas e

institucionais em curso na própria realidade latino-americana, bem como nos conflitos territoriais específicos de cada localidade (ASCELARD, VIÉGAS, 2013, p. 18).

Em resumo, o presente capítulo contextualizou as principais motivações que deram origem à pesquisa atual, relacionando-as com o contexto de luta e trabalho das mulheres. Houve uma delimitação do escopo da pesquisa, centrada na ocupação do espaço público pelas mulheres e sua busca por emancipação através do trabalho remunerado, com ênfase nas mulheres feirantes e nos desafios contemporâneos enfrentados no mundo do trabalho. Além disso, foram discutidos os conceitos de trabalho formal e informal sob a ótica de gênero nas feiras livres, destacando a divisão sexual do trabalho e a prevalência do trabalho informal, que frequentemente coloca as mulheres em empregos precários e as sobrecarrega com duplas e até triplas jornadas laborais. Também foram abordados os aspectos éticos da pesquisa, assim como os objetivos gerais e específicos.

CAPÍTULO II - GÊNERO E TRABALHO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES FEIRANTES EM BATURITÉ

Ao refletir sobre como as experiências das mulheres feirantes em Baturité vêm sendo construídas, constatou-se que, a fim de melhor compreender suas vivências, seria necessário estabelecer um entendimento teórico entre as categorias de gênero e trabalho. A partir das discussões sobre gênero, a luta feminina avançou no que se refere aos direitos civis e políticos, para as mulheres, inclusive o direito de trabalhar fora do lar e de receber remuneração digna. Logo, compreender como o gênero e o trabalho se relacionam enquanto categorias de análise permite melhor compreender as experiências das mulheres feirantes de Baturité/CE, tornando-se fundamental para a construção de um trabalho teoricamente mais robusto.

Não noutro sentido, a fim de se entender o campo no qual se desenrolam as histórias de vida das mulheres feirantes de Baturité, será igualmente exposta, de forma breve, a história da cidade. Além disso, será discutido o conceito de cartografia social alinhado ao espaço que a feira livre ocupa em Baturité. A partir das fotografias da feira, é possível compreender melhor como se dá a ocupação territorial e a relevância da feira livre para Baturité.

Serão retratados também os conceitos de identidade, trabalho e gênero como categorias sociológicas de análise da experiência das mulheres feirantes em relação ao cotidiano. Torna-se fundamental a investigação de como as trajetórias de vida e trabalho das mulheres feirantes têm sido construídas a partir de sua inserção na feira livre de Baturité.

A discussão de gênero não foge do que se busca nesta pesquisa, haja vista que compreender a experiência das mulheres feirantes está ligado a entender todo o percurso histórico que as mulheres precisaram realizar para se inserirem no trabalho e no espaço urbano. Além disso, a identidade dessas mulheres percorre as peculiaridades e detalhes que as tornam diferentes de outras mulheres, sendo necessário compreender qual é essa identidade. Ademais, o trabalho enquanto categoria de análise entrelaça tanto questões de gênero quanto de identidade, uma vez que a construção da consciência de classe, bem como a questão de gênero e identidade, revela a trajetória das trabalhadoras baturiteenses, marcando questões individuais, coletivas, ontológicas e históricas das interlocutoras.

2.1. Breve Contexto Sobre a Categoria Gênero, Trabalho e Mulheres Feirantes

A compreensão do que constitui o trabalho feminino, remunerado ou não, é permeada pela contextualização histórica da relação entre gênero e trabalho. Nesta seção, procuramos esclarecer os conceitos de gênero e trabalho feminino, com foco especial no trabalho realizado

por mulheres feirantes. Também exploramos a interligação desses conceitos com as representações da mulher sob uma perspectiva transcultural, como delineado nos escritos de Leacock (2019). Sua contribuição enriquece nossa compreensão ao relacionar o trabalho e a importância social das mulheres feirantes com a valorização do trabalho feminino em diferentes culturas, para além do contexto ocidental.

A palavra *gênero* remete à decodificação de sentido, embora na história o feminismo tenha utilizado o termo com mais seriedade, principalmente as feministas norte-americanas, que compreenderam um caráter substancialmente social sobre as diferenças baseadas no sexo. Ao pensar nos grupos de gênero de um passado histórico, a relação entre os preceitos da feminilidade e os estudos feministas transformou essencialmente os paradigmas disciplinares, de modo que pesquisas e compreensões sobre classe, raça e gênero passaram a ser discutidas de forma transversal e conjunta (SCOTT, 1988).

O gênero, enquanto categoria de análise, possui duas formas de ser utilizado. Uma descritiva, a qual se refere à existência de fenômenos ou realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir causalidade; a outra se utiliza do uso casual em que é implantada uma teoria sobre a causa dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e por que elas tomam a forma que têm (SCOTT, 1988).

É fundamental entender como a categoria de análise *gênero* se coloca na construção das trajetórias de vida e trabalho das mulheres feirantes, em razão da realidade experienciada pelas mulheres trabalhadoras, decisivamente assinalada pelo simples fato de serem mulheres. Cabe destacar como e por que essas realidades possuem essa forma.

A terminologia *gênero* vem sendo substituída do termo mulher, sendo principalmente utilizada para propor que qualquer informação sobre mulheres é fundamentalmente informação sobre homens, na medida em que um implica no outro como correspondente oposto ou imagem identitária binária. Para os/as historiadores/as, o termo também servia para delimitar um novo terreno de pesquisa, o qual vinha ganhando relevância, bem como os estudos sobre crianças e famílias. O conceito de gênero estabelece relações entre sexo e funções sociais para serem construídas, funcionarem e mudarem (SCOTT, 1988).

Há três variáveis principais para abordagem da categoria de gênero, a primeira se empenha em explicar as origens do patriarcado; a segunda se encontra no interior dos estudos marxistas e busca um compromisso com as críticas feministas; e a terceira é fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto, se inspirando nessas divergências para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero e dos sujeitos/as (SCOTT, 1988).

Por outro lado, a identidade das mulheres feirantes é imprescindível para a produção e reprodução da cultura regional e, sobretudo, para situar a presença feminina na feira de Baturité. É necessário olhar como essas mulheres se sentem nos espaços públicos enquanto trabalhadoras e como suas histórias de vida contribuíram para que elas estivessem realizando aquele trabalho produtivo.

Ademais, a reflexão das relações da categoria gênero com as mulheres feirantes também evoca a participação de saberes de mulheres agricultoras, que durante a vida tiveram pouca visibilidade no movimento feminista. Assim sendo, torna-se um ponto relevante desta pesquisa ouvir e dialogar com o conhecimento de mulheres da feira e do campo, como forma de diversificar as análises de gênero. Em relação aos saberes da agricultura, Dona Fátima, uma das interlocutoras deste trabalho, afirma:

Desde menina, com 11 anos já comecei a trabalhar no roçado, ajudando, plantando, preparando a terra para plantar, separando os alimentos para vender na feira. Minha família toda trabalha com agricultura, aí eu sempre trabalhei também. Eu acho que era bom antigamente, quando eu ia buscar água no riacho, porque eu sabia e aprendi o valor que as coisas têm. Quando é muito fácil o povo não sabe dar valor ao pouco que se tem (FÁTIMA, feirante e agricultora, 63 anos, 2023).

A fala de Dona Fátima traz consigo um conjunto de conhecimentos sobre a agricultura familiar. É possível refletir sobre como a categoria mulher, apesar de ser vista erroneamente como frágil, denota força, coragem e trabalho desde a infância até os dias atuais, segundo o que demonstra esta interlocutora. Além disso, Dona Fátima compreende como a sua experiência é, segundo o seu modo de ver o mundo, valiosa para. Assim, é possível evidenciar que os traços da identidade de mulher do campo são fundamentais para ela.

Além disso, o fato de não reconhecer o papel da mulher na sociedade além da subalternização, é necessário refletir sobre como a mulher e o seu trabalho é visto em outras sociedades. Em diversas sociedades matriarcais africanas, a autoridade da mulher faz ou fez parte da cultura local, contrariando a afirmação de Engels na obra *A Origem da Família e da Propriedade Privada* (LEACOCK, 2019 *apud* ENGELS, 1984). Ao refletir sobre os papéis econômicos, políticos e sociais das mulheres em sociedades não patriarcais, destaca-se o trabalho artesanal originado por mãos femininas, muitas vezes antes de ser usurpado por homens e pela sociedade de classes, revelando um trabalho feminino frequentemente invisibilizado.

Segundo Saffioti (1976), o trabalho feminino na sociedade de classes é subjugado por critérios irracionais, evidenciando que as sociedades mais capitalistas e desenvolvidas são as que mais projetam socialmente de modo negativo, estereotipado, subalternizado a mulher e seu

trabalho. A marginalização do trabalho feminino ocorre tanto em atividades domésticas quanto fora do lar. Nas atividades externas, o papel das indústrias que antecede o regime das fábricas gigantescas coloca a mulher em uma posição subalterna na produção de bens e serviços. Já nas atividades domésticas, mesmo quando remunerada, a mulher é percebida como alguém sem determinação, mesmo sendo economicamente independente. Na sociedade individualista de padrão industrial capitalista, a mulher encontra-se em uma posição econômica marginalizada.

Além disso, mesmo com o crescimento da produção industrial e a diversificação da economia e dos setores produtivos, o desemprego e o subemprego representam outras formas de marginalização para a classe feminina. Essa perspectiva acentua o modo como as estruturas patriarcais e capitalistas convergem para perpetuar a desigualdade de gênero, impactando a posição socioeconômica das mulheres em diferentes esferas, tanto públicas quanto privadas (SAFFIOTI, 1976).

A divisão sexual do trabalho na feira livre de Baturité reflete algo dessas conotações, ainda que nem sempre seja percebida uma exploração das sujeitas. Dona Rosângela e Dona Rosilene trabalham vendendo frutas, verduras e legumes na feira livre e seus maridos contribuem com seus trabalhos na plantação da maioria dos alimentos vendidos, como a cebola, batata, alho, cheiro verde e cenoura. Na perspectiva das duas feirantes não é relatado nem demonstrado o sentimento de opressão nas atividades profissionais, na medida em que aparentemente há uma parceria no trabalho. No entanto, os cuidados com o lar e com a família são de responsabilidade das mulheres, o que evidencia um peso sobre as atividades da esfera privada e a desigualdade na divisão sexual do trabalho, notadamente quanto às atividades do lar e da família.

As antropólogas Ângela Araújo e Maria Rosa Lombardi discutem, em sua publicação conjunta *Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI* (2013), o trabalho informal e enfocam principalmente as relações de gênero e raça. As autoras apresentam a evolução do trabalho informal no Brasil entre os anos de 2001 e 2009, devido ao ingresso de mulheres, especialmente mulheres negras, no mercado. Com o crescimento da economia brasileira nesse período, houve também um incremento considerável de atividades informais. As autoras complementam:

Isso mostra que, se o crescimento recente da economia brasileira possibilitou uma queda expressiva do desemprego, ele não foi capaz de promover a redução do trabalho informal na mesma proporção, e de gerar empregos “decentes”, para incorporar a grande quantidade de trabalhadores/as que permanecem envolvidos/as em formas de trabalho precárias, desprotegidas e ilegais. As pesquisas sobre o trabalho informal têm contribuído não apenas para recolocar em novas bases o debate em torno do conceito de informalidade, como têm chamado a atenção para distintos aspectos, novas formas

contratuais e relações de trabalho que se expandiram nas últimas décadas, decorrentes dos processos de reestruturação capitalista e de globalização (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 03).

Nessa passagem, as autoras problematizam a precariedade em que se encontram os trabalhos informais e a sua relação com o crescimento da economia do país. Além disso, as autoras destacam a inserção feminina no trabalho remunerado, visto que os dados apresentados por elas mostram que grande parte das trabalhadoras começou a receber salários apenas a partir dos anos 2000. Antes disso, o trabalho servia apenas como um complemento no trabalho dos seus maridos e na renda da família.

Na feira, a precarização nos trabalhos informais se encontra presente principalmente na atividade em si e na pouca segurança no trânsito nas ruas em que a feira acontece. Dona Francisca compartilhou um relato de que, quando estava trabalhando, a sua banca foi atingida por um carro, fazendo com que um ferro caísse em sua cabeça. A situação gerou aflição nos/as demais feirantes que, ao ajudarem dona Francisca, se depararam também com a precariedade da segurança pública em que se encontram e o não recebimento de nenhuma ajuda do motorista, que retirou o carro do local e não prestou socorro à vítima.

Outras questões voltadas para a precariedade do trabalho informal na experiência das mulheres feirantes de Baturité estão relacionadas à insatisfação em dias chuvosos, em que o local em que trabalham enche de água, molhando os seus produtos, sendo necessário o pagamento de lonas e materiais mais resistentes à chuva para não danificar as mercadorias. As fotografias abaixo retratam os dias chuvosos na feira, deixando evidente as poças de lama e umidade:

FOTOGRAFIA 1 — DIA CHUVOSO NA FEIRA (2023)



FONTE — Elaborado pela autora, 2023

FOTOGRAFIA 2 — TEMPO CHUVOSO NA FEIRA DE BATURITÉ E PREJUÍZO AS FEIRANTES (2023)



FONTE — Elaborado pela autora, 2023

A fotografia 1 foi feita na direção do final da Travessa Nazaré Viana, apresentando o asfalto molhado pela chuva e tornando o espaço onde ficam as bancas úmido e enlameado. Já a fotografia 2 destaca em maior proporção a Rua Senador João Cordeiro, apresentando bancas vazias de feirantes que, naquele dia, não foram à feira. Como mostram as fotografias 1 e 2, em dias chuvosos, as bancas são cobertas por lonas, com o intuito de não molhar os produtos, gerando também um ambiente insalubre para as feirantes que estão nas extremidades das lonas. Além disso, nesses dias, há um maior risco de acidentes devido ao chão ficar escorregadio.

Vale destacar que, entre as entrevistadas, algumas delas trazem em suas trajetórias lembranças sobre como iniciaram seus trabalhos no campo informal e quais eram suas motivações. Em *O Conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna*, Fernanda Quendau (2007) considera o papel da mulher durante a história, da antiguidade até os dias atuais, procurando nas suas entrevistas vivências de mulheres trabalhadoras e mães. Mulheres da atualidade, segundo Quendau, são criadas para serem boas profissionais e boas mães. Entretanto, reconhece-se que trabalhar e ser mãe são atividades que podem gerar um sentimento de conflito e culpa (QUENDAU, 2007, p. 02).

Dona Elenice relata que, em seus primeiros anos de feira, saía de sua casa às duas horas da madrugada com seu filho de oito anos de idade para vender. A partir de seu trabalho, conseguiu sustentar os filhos, que em muitos momentos não contaram com o apoio paterno. Dona Elenice destaca que, apesar das adversidades encontradas para manter o sustento de seus filhos quando crianças, não queria voltar ao seu relacionamento com o ex-marido, devido aos problemas dele com álcool. As contribuições de Quendau (2007) se colocam, desse modo, em diferentes posições no relato de Dona Elenice. É dessa forma porque, apesar do sentimento de sobrecarga com o cuidado dos filhos, não havia uma alternativa melhor para sua família, tendo de forçosamente enfrentar as dificuldades. Hoje, Dona Elenice tem a sensação de gratidão e força por si mesma, de ter sido capaz de enfrentar os desafios para dar educação e sustento à família, da maneira que, devido a outras problemáticas, não teve a oportunidade em sua própria vida.

A feira, para Dona Elenice, era uma oportunidade de trabalho fora das casas de senhoras com maior poder aquisitivo, onde prestava serviços domésticos. Além disso, ser mulher feirante foi de suma importância para a interação com outros/as sujeitos/as e experiências melhores no mundo profissional.

A feira, enquanto território construído por múltiplos/as sujeitos/as e diferentes territorialidades, com a presença feminina, concede uma herança de saberes matriarcais a partir dos significados do que é *ser mulher*, *ser feirante* e *ser sertaneja/agricultora*, trazendo, através dos produtos comercializados, a cultura do sertão e a experiência feminina. Os produtos comercializados pelas feirantes auxiliam o entendimento sobre ser/estar feirante enquanto mulher, representando um ato econômico, político e cultural (ROCHA; VARGAS, 2021).

Na feira de Baturité, é possível notar a relação da agricultura familiar com as mulheres feirantes, na medida em que todas as entrevistadas afirmaram trabalhar ou já ter trabalhado no campo junto com a família. As feirantes Fátima, Rosilene e Rosângela contam com a ajuda dos maridos e de outros parentes na plantação de frutas, legumes e verduras, que são colhidas e

vendidas na feira livre de Baturité. O sentimento de alegria na realização das atividades agrícolas é algo destacado por Dona Fátima, ao expressar a importância dessa atividade para manter pessoas ricas e pobres alimentadas, independentemente da raça ou classe. A atividade é fundamental para a sua família e para todas as outras. Ademais, essa relação dos hortifrúteis com as feirantes traz elementos importantes para o entendimento da experiência e vivência das interlocutoras, haja vista que elas não se sentem apenas feirantes, mas também agricultoras.

As narrativas orais das mulheres, de suas memórias, experiências e protagonismo na feira livre, denotam várias características da feira, como, por exemplo, a arte de vender e as ações das mulheres enquanto sujeitas plurais. Vender, para além de ser uma atividade econômica e de sociabilidade para as feirantes, é também a fonte de sustento financeiro. Portanto, pensar nas atividades realizadas pelas feirantes é também refletir em exercícios de empoderamento e desenvolvimento econômico de luta pela sobrevivência e independência (CARVALHO, 2021).

Para essas feirantes de Baturité, trabalhar na feira é uma oportunidade de independência financeira e contribuição para o sustento da família. Dona Rosângela conta com alegria que com o seu trabalho conseguiu sustentar seus cinco filhos e hoje paga a faculdade de um deles. Além disso, ajuda sua mãe quando há necessidade financeira e qualquer outro membro da família em momentos de crise. Ademais, estar na feira permite momentos de alegria e interação com outros/as feirantes, sendo também um momento de lazer.

A feira livre está intrinsecamente ligada ao centro de vida natural e social (CARVALHO, 2021). É um espaço plural de arte, vendas, histórias, vivências e cultura. Além disso, a existência da feira é fundamental para o crescimento da economia local. Para a cultura nordestina, a feira significa um espaço para apresentar o artesanato de rendas, produtos de barro, couro e palha. Os elementos culturais da feira tornam o seu território um espaço de expressão nordestina e de resistência, tanto para as mulheres como para os homens.

Uma das questões que chamam bastante atenção na feira livre de Baturité são os diálogos entre os/as feirantes e os seus modos de comunicação, além das músicas que são tocadas em algumas das bancas e que espalham sonoridade por toda a feira, gerando animação e verdadeiras festas improvisadas que reúnem ali vários atores e atrizes sociais. "Vão levar o que hoje, minhas lindas?" Dona Rosilene fala enquanto uma cliente observa as cebolas. Em resposta, a cliente diz: "Cumade, guarda essas cebolas pra mim que eu vou ali e já volto para buscar".

FOTOGRAFIA 3 — FEIRA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS EM BATURITÉ (2023)



FONTE — elaborado pela autora, 2023

A etnofotografia⁴ acima apresenta os diálogos entre feirantes e clientes em meio à ocasião da venda de frutas e trocas, permeando a sociabilidade inerente à feira livre de Baturité. Vale ressaltar também a indagação de como as mulheres saem do espaço privado e começam a ocupar o espaço público. Essa conquista está ligada à busca por trabalho remunerado, direitos e reconhecimento enquanto cidadãs. À vista disso, os trabalhos das mulheres feirantes contradizem os rótulos de mulheres submissas e senhoras do lar, na medida em que o espaço público vem sendo conquistado cotidianamente por mulheres feirantes e por demais trabalhadoras.

O protagonismo feminino no trabalho, em geral, revela mudanças sociais em relação à conquista do espaço público. Fazer a análise cotidiana da presença das mulheres na feira

⁴ A etnofotografia é uma abordagem metodológica que utiliza a fotografia para representar visualmente a cultura, tradições e práticas de grupos socioculturais pesquisados (FERNANDES; FERNANDES, 2019).

incorpora, especificamente, identificações e inter-relações entre os aspectos da cultura, da economia e da realidade social interseccionados ao trabalho. As dimensões de poder no cotidiano das feiras mostram, por sua vez, como o controle e o domínio não estão restritos a instituições políticas, funcionando, na verdade, como uma rede. As mulheres feirantes, enquanto protagonistas de sua própria história, lutam pelo trabalho e emancipação, enfrentando desafios de gênero, dominação masculina, criação dos filhos, entre outros. Vale ressaltar que, no que diz respeito às atividades domésticas e do lar, as mulheres sempre trabalharam em todo o período da história ocidental, entretanto nem sempre foram remuneradas.

Diga-se, ademais, que os desafios que perpassam a trajetória das mulheres feirantes em Baturité não param nas exaustivas horas de trabalho. Também estão ligados às condições em que se encontram os espaços em que exercem a atividade laboral, a saber: na falta de estrutura específica para o comércio de rua, na fiscalização policial que muitas vezes retira trabalhadoras de seus postos e dificulta ainda mais o sustento dessas pessoas, nas chuvas que, por falta de infraestrutura para a atividade, tornam-se um empecilho para as vendedoras protegerem os produtos que vendem, na violência urbana, nos constantes riscos de sofrer assaltos, furtos ou acidentes, no caminho de ida e volta do trabalho para casa (ALVES, 2020). Ademais, para as mulheres, ainda há os riscos de assédio e violência sexual.

Na comparação entre a realidade das mulheres feirantes de Cascavel/CE e Baturité, é evidente uma diferença significativa. Enquanto em Cascavel as mulheres representam aproximadamente 23% dos feirantes e muitas delas trabalham acompanhadas do marido e dos filhos, em Baturité a maioria das feirantes atua de forma independente.

Segundo relatos das próprias mulheres entrevistadas em Baturité, a feira local é majoritariamente composta por mulheres. Algumas delas, como Rosângela, Rosilene, e Dona Fátima, contam com a ajuda dos maridos na plantação de hortifrúteis, enquanto outras, como Dona Francisca e Dona Elenice, são viúvas e trabalham sozinhas na feira.

Embora as mulheres em Baturité também sejam responsáveis por sua renda, é importante notar que três das entrevistadas dependem exclusivamente das vendas na feira para sustentar a si e às suas famílias. Dessa forma, enquanto em Cascavel a presença feminina na feira está mais voltada para o auxílio aos maridos, em Baturité as mulheres desempenham um papel central e independente no mercado feirante.

A feira de São Bento, em Cascavel/CE, segundo Silva (2008), é composta por homens e mulheres, tanto de idade mais avançada quanto jovens adultos e crianças acompanhadas dos pais. Uma pequena porcentagem das trabalhadoras das feiras se considera chefe de família ou independente, estando em alguns casos responsáveis pelo sustento de até 8 pessoas. A maior

parte dos chefes de família são homens, destacando-se neste ponto as relações de poder entre os gêneros feminino e masculino.

Na feira de Baturité, ao contrário do que foi apontado por Silva (2008) a respeito da de Cascavel, há uma diversidade de mulheres em todas as idades. Muitas mães que trabalham na feira incentivam seus filhos e filhas a aprenderem sobre vendas naquele território, para que, quando chegar a hora, possam assumir as bancas dos pais. Rosilene e sua filha possuem bancas na feira, uma ao lado da outra. A partir da feira, as duas levam sustento para suas casas e compartilham saberes sobre vendas. Além disso, o sentimento de troca e transmissão de saberes é comum na experiência das feirantes de Baturité. É possível perceber diálogos e escuta entre outros feirantes mais velhos sobre como agir em determinadas situações, bem como ajuda no momento de repasse de trocos em dinheiro. As trocas na feira se expressam de diversas formas, como quando pessoas que moram nas ruas ou pedem algum alimento nas bancas recebem a solidariedade dos/as feirantes, que sempre compartilham seus alimentos.

FOTOGRAFIA 4 — BANCAS DAS INTERLOCUTORAS (2023)



FONTE — Elaboração da autora, 2023

Na imagem acima é apresentada uma das filhas da interlocutora Rosilene, que também participa da feira, dando continuidade aos trabalhos e saberes da mãe.

Apesar das alegrias compartilhadas pelas mulheres feirantes de Baturité, é indiscutível o percurso desafiador que todas precisam enfrentar para alcançarem relativa tranquilidade. Como foi compartilhado no capítulo, mulheres feirantes sofrem com a dupla e tripla jornada de trabalho ao precisarem assumir as responsabilidades do lar e da família. A sensação da divisão sexual do trabalho ser inata pela maioria das feirantes não muda o cansaço no seu cotidiano.

2.2 Breve contexto sobre a história de Baturité

A formação da identidade dos trabalhadores de Baturité foi moldada por interações complexas entre trabalhadores, autoridades públicas e empregadores. Um ponto crucial nesse desenvolvimento foi a construção da ferrovia de Baturité e as dinâmicas de trabalho relacionadas a ela. Além disso, a agricultura desempenha um papel significativo no município, exercendo um impacto marcante na economia e na vida cotidiana da feira livre de Baturité.

Em 1791, Manuel Felipe Castelo Branco trouxe mudas de café do Pará para Baturité e, nos anos seguintes, houve grandes mudanças na vida econômica e social da população. A produção e exportação de café tornaram-se as principais atividades econômicas de Baturité, chegando-se a exportar café dali para 2% de toda a população brasileira. Com o grande sucesso que o café trouxe à região, houve a necessidade de vias mais rápidas para melhorar cada vez mais o escoamento da produção e o acesso à região, sendo iniciada a construção da ferrovia de Baturité em meados do fim do século XIX (CÂNDIDO, 2002).

Nesse contexto, os trabalhos da construção da estrada de ferro de Baturité iniciaram-se em meados de 1872, na Praça da Estação de Fortaleza. As vias férreas, inicialmente, percorriam um trajeto entre a Praça d'Amélia, em Fortaleza, e Pacatuba. É relevante destacar que havia pressão de Heráclito Graça e de outras lideranças para que a obra fosse concluída o mais rapidamente possível. Por outro lado, os trabalhadores que estavam envolvidos na construção da via férrea dispunham de poucos direitos trabalhistas e, ao apresentarem reclamações às entidades públicas, não recebiam assistência, sendo ainda considerados como mão de obra de baixo custo (CÂNDIDO, 2002).

Vale ressaltar que a revolta dos trabalhadores ferroviários tem fortes relações com muitas expressões de indignação das feirantes que participaram desta pesquisa, visto que ambos demonstram não se sentir assistidos pelos poderes públicos nem terem seus direitos trabalhistas e, no caso das feirantes, direitos à cidade, respeitados.

O início da obra ferroviária trouxe consigo a massa de trabalhadores flagelados pela seca e um aspecto de urbanidade a Baturité, nascendo bairros operários, como por exemplo, o atual bairro Putiú, onde se localiza até hoje a estação ferroviária. A companhia férrea de Baturité, que pagava aos trabalhadores, enfrentou dificuldades financeiras em 1876, gerando a paralisação da obra por dois anos seguidos. Em 1877, o Ceará passou por uma seca que perdurou até 1878, gerando uma crise econômica e social. Dentro desse contexto, muitos trabalhadores se dispuseram a vender a sua força de trabalho por valores ainda mais baixos que anteriormente.

Nesse contexto, em 1878, houve o reinício da construção da ferrovia, que foi um dos principais meios de empregabilidade da época e para a qual muitos retirantes dos sertões, principalmente de Quixadá, foram contratados. O estado assumiu a obra da ferrovia e, como figura principal, Visconde João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (ministro da agricultura) contratava mão de obra barata que, segundo Cândido (2002), trabalhava em condições análogas à escravização, apesar da grande resistência dos trabalhadores às forças policiais.

Nesse quadro, houve a abertura de caminhos entre Pacatuba e Canoa (cidade conhecida hoje como Aracoiaba). A situação precária em que se encontravam os trabalhadores causava cada vez mais revolta nos mesmos, não sendo possível a passividade. A seca tornava toda a situação ainda mais precária, devido à miséria que se cada vez mais. Em 1879, houve a abertura de caminhos até Baturité, gerando empregos tanto na construção das vias férreas quanto no tráfego dentro do trem (CÂNDIDO, 2002).

A resistência dos trabalhadores contra a precariedade no trabalho crescia, todavia, em intensidade, manifestando-se por meio de atos como roubos no veículo e apedrejamentos. O fato de grande parte deles não ser alfabetizada tornou-se uma razão pela qual suas demandas frequentemente não eram consideradas pelas lideranças. Essa marginalização levou muitos trabalhadores a buscarem seus direitos de maneira que chamassem a atenção para suas reivindicações (CÂNDIDO, 2002).

Os trabalhadores da ferrovia manifestavam uma sensação de estranheza em relação aos engenheiros, atribuída ao poder que estes detinham sobre eles. Havia uma intenção intrínseca na situação de precariedade no trabalho das vias férreas, que era a tentativa de frear a consolidação de novas formas de trabalho que mais representassem os tempos modernos. Entretanto, os sertanejos demonstraram resistência (CÂNDIDO, 2002).

Na segunda metade do século XIX, os cearenses que trabalhavam e/ou moravam nas localidades das vias férreas começaram a pensar em novas estratégias de trabalho e sustento, fortalecendo o trabalho autônomo. Entretanto, com a industrialização, os trabalhos autônomos foram marginalizados, trazendo uma situação de mais precariedade aos trabalhadores. Mesmo muitos trabalhadores se tornando operários das vias férreas, sua visão era de repulsa e denúncia da exploração, ante os desmandos de chefes e a ausência de assistência às famílias (CÂNDIDO, 2002).

Embora a data exata do início da feira livre em Baturité não possa ser afirmada com precisão, há uma forte probabilidade de que essa tradição remonte à época colonial, de pelo menos o final do século XVIII. Já no século XIX, a produção agrícola local encontrava seu espaço nas feiras, marcando o início desse importante aspecto da cultura regional. Ao longo do

tempo, a feira livre de Baturité consolidou-se como um ponto crucial para o comércio dos produtores rurais da região. Hoje, realizada semanalmente aos sábados, a feira atrai diversos feirantes, oferecendo uma ampla variedade de produtos, como frutas, verduras e artesanato.

Destaca-se que a história de luta e resistência dos/as trabalhadores/as na região assemelha-se às narrativas compartilhadas pelas interlocutoras desta pesquisa. A negação histórica de direitos, em ambas as realidades, reflete perfis socioeconômicos semelhantes. Tanto os trabalhadores ferroviários quanto as mulheres feirantes têm suas raízes na agricultura, e a falta de conclusão da alfabetização é uma característica comum. É imperativo refletir sobre como a privação do direito à educação relegou esses grupos a situações de opressão, perpetuando a negação de direitos ao longo do tempo.

2.3 A relação entre as mulheres e a feira livre de Baturité

Segundo todas as interlocutoras, há um representante da feira de Baturité que se responsabiliza por organizar os interesses das pessoas feirantes diante da prefeitura. Além disso, esse representante da feira também se responsabiliza por saber onde se pode colocar mais bancas, caso alguém esteja interessado/a em abri-las e mantê-las. A Associação de Feirantes de Baturité (AFB), tem como objetivo representar e promover os interesses dos/as feirantes em geral, incluindo mulheres feirantes. Atua na defesa dos direitos e melhoria das condições de trabalho na feira livre em Baturité.

Percebe-se, dessa forma, que a história de Baturité é fundamental para compreendermos a importância das mulheres feirantes na construção da economia local⁵ e na luta por direitos e reconhecimento social. Essas mulheres são sobreviventes, que enfrentam diariamente desafios e dificuldades, mas que nunca desistem de lutar por uma vida melhor para si e suas famílias.

As mulheres feirantes do Maciço de Baturité são um grupo de trabalhadoras rurais e urbanas que vêm lutando há décadas para manterem suas atividades produtivas e garantirem seus sustentos e de suas famílias. Muitas dessas mulheres são principalmente agricultoras, responsáveis pela produção de uma grande variedade de produtos, como frutas, legumes, verduras, grãos e plantas medicinais.

A região do Maciço de Baturité é conhecida por sua beleza natural e sua rica biodiversidade, o que possibilita a produção de uma grande diversidade de alimentos. No entanto, a região também é marcada por uma série de desafios e dificuldades enfrentadas pelas mulheres feirantes, que precisam lidar com condições climáticas adversas, com a falta de

⁵ A economia local de Baturité é formada principalmente pelo setor de serviços e agricultura (SEPLAG, 2012).

infraestrutura adequada, como estradas e sistemas de transporte ineficientes, além da concorrência com grandes empresas e distribuidores.

Vale destacar que as mulheres feirantes do Maciço de Baturité também enfrentam desafios específicos relacionados à sua condição de gênero. Muitas vezes, elas precisam conciliar as atividades na feira com as responsabilidades domésticas e familiares, o que pode prejudicar sua produtividade e renda. Além disso, essas mulheres também enfrentam preconceito e discriminação por parte da sociedade, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho e limitar suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Apesar desses desafios, as mulheres feirantes do Maciço de Baturité são um exemplo de força, coragem e perseverança. Seu trabalho e dedicação diários são fundamentais para o fornecimento de alimentos frescos e saudáveis para a população local e para a preservação da agricultura tradicional⁶. Mais do que isso, essas mulheres são um exemplo de como a valorização da agricultura familiar e da cultura local pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais e urbanas do interior do estado e para a promoção da igualdade de gênero.

Conforme dito acima, apesar da importância do trabalho das mulheres feirantes, elas enfrentam diversas dificuldades, como a falta de infraestrutura adequada, a concorrência desleal de grandes redes de supermercados e a falta de reconhecimento de seu trabalho. Essas dificuldades podem dificultar a subsistência dessas mulheres e comprometer a continuidade do trabalho exercido pelas feirantes na região.

Ainda assim, a presença das mulheres feirantes no maciço do Baturité é fundamental para a dinâmica das feiras livres e para a economia local. Elas são protagonistas de um processo histórico e cultural que envolve a produção agrícola diversificada e a comercialização de alimentos e plantas medicinais em feiras livres da região. Apesar das dificuldades enfrentadas, elas resistem e persistem, utilizando estratégias de adaptação e inovação para garantir a subsistência e a preservação das tradições culturais da região.

Segundo os relatos das mulheres feirantes, a feira não se construiu de um dia para o outro, ela se formou aos poucos, com vendedores/as ambulantes que passavam pelas ruas do centro da cidade e que começaram a se fixar em um ponto estratégico. Dona Elenice, que trabalha há 50 (cinquenta) anos na feira, iniciou suas vendas ali em 1973, momento em que o trabalho autônomo teve um crescimento em Baturité. É pertinente refletir sobre como os

⁶ A agricultura tradicional consiste em práticas agrícolas que têm sido usadas e transmitidas em escala familiar, muitas vezes por comunidades rurais de longa data, com base em conhecimentos e técnicas locais específicas (LIMA; SILVA; IWATA, 2019).

movimentos trabalhistas que constituíram o sentimento de classe ao longo dos séculos XIX e XX se apresentam às feirantes, tanto com o sentimento de trabalho autônomo quanto como alternativa de emprego não exploratório, e ainda como sociabilização de vendedores/as que fizeram a feira desde o seu início e a fazem ainda hoje, enquanto resistência e subsistência de suas famílias. A seguir, apresenta-se uma imagem via satélite da feira de Baturité atualmente.

FIGURA 1 — A FEIRA DE BATURITÉ VIA SATÉLITE (2023)



FONTE — mapa do google, 2023.

Na figura 01 acima, o espaço marcado em roxo representa o local onde as bancas da feira livre são armadas, demarcando ruas ao redor da Igreja de Santa Luzia, no centro de Baturité, trazendo mais visibilidade à feira livre. A seguir, são apresentadas uma série de fotografias que mostram de perto o espaço demarcado na figura 01.

FOTOGRAFIA 5 - BANCAS LOCALIZADAS NA TRAVESSA NAZARÉ VIANA AO LADO DA IGREJA SANTA LUZIA (2023)



FONTE — elaborado pela autora, 2023.

As bancas que se localizam na Travessa Nazaré Viana (na lateral esquerda da Igreja de Santa Luzia) costumam vender peças têxteis, como bolsas, mochilas, blusas, camisas, calças, shorts, calcinhas, sutiãs e vestidos. Ao final desta rua, encontra-se a banca de Dona Francisca, uma das interlocutoras que trabalha na feira há 35 anos.

FOTOGRAFIA 6— BANCAS LOCALIZADAS NA RUA 15 DE NOVEMBRO (2023)



FONTE — Elaborado pela autora, 2023

As bancas que se localizam na Rua 15 de Novembro (na lateral direita, em frente à Igreja de Santa Luzia) são conhecidas principalmente por vender frutas, legumes e verduras. Entre as bancas desta rua, estão os locais de trabalho de Dona Rosângela, Dona Rosilene e Dona Fátima. Como mostra a fotografia 02, também há a venda de produtos para celulares, televisão e meias. Essa dinâmica está relacionada principalmente com a presença de vendedores ambulantes que não possuem um local fixo de venda e com o fato de que a Rua 15 de Novembro conta com muitos comércios de produtos eletrônicos.

FOTOGRAFIA 7 — BANCAS LOCALIZADAS NA TRAVESSA INTENDENTE BERNARDINO PROENÇA (2023)



FONTE — Elaborado pela autora, 2023

Na Travessa Intendente Bernardino Proença há um mercado variado de carnes, produtos eletrônicos, relógios, anéis, brincos, entre outros. Entretanto o local é majoritariamente ocupado por feirantes que vendem carnes. A fotografia foi retirada na frente da banca de dona Rosângela, da qual é possível visualizar toda a travessa que fica ao lado da Igreja de Santa Luzia.

FOTOGRAFIA 8 — BANCAS LOCALIZADAS NA RUA SENADOR JOÃO CORDEIRO (2023)



FONTE — Elaborado pela autora (2023)

Na Rua Senador João Cordeiro, há bancas de feirantes que vendem principalmente produtos têxteis, como roupas íntimas, vestidos, calças, shorts, como mostrado na imagem. Na lateral esquerda da figura 5, encontra-se a banca de Dona Elenice, uma feirante que trabalha há 50 (cinquenta) anos na feira e atualmente vende roupas masculinas e femininas.

Percebe-se, por essa disposição, que a feira livre de Baturité demarca uma cartografia social a partir de diversas perspectivas, como afirmam Ascelard e Viégas (2013),

O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeitos “cartografantes”, mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundos. As características dessa dinâmica política se configuram na esteira das mudanças econômicas e institucionais que vêm ocorrendo no contexto latino-americano, bem como na trajetória dos conflitos territoriais específicos de cada local (ASCELARD, VIÉGAS, p. 18, 2013, grifos do original).

Logo, a feira livre de Baturité sinaliza a presença de grupos sociais que, a partir de uma dinâmica política de ocupação espacial, estão em um espaço que, após muitos processos históricos, veio a pertencer ao poder público. Entretanto, com a ação e a reação da feira livre, essa ocupação aproxima populações excluídas do meio social urbano, alcançando também a identidade de sujeitos/as sociais da feira livre, com suas trajetórias de vida e trabalho na feira.

Ascelard e Viégas (2013) abordam a importância da autonomia na produção de informações espaciais e na tomada de decisões sobre o território, o que pode ser aplicado à realidade das mulheres feirantes de Baturité. Ao permitir que essas mulheres tenham voz e participação na construção do espaço da feira livre, elas se tornam sujeitas políticas ativas, capazes de reivindicar suas formas próprias de conceber e utilizar o território.

A construção da feira também forja a identidade de pessoas que transformam as ruas de Baturité em postos de trabalho, em especial as mulheres. Não se pode esquecer que o espaço público foi um direito conquistado pelas mulheres a partir de muita luta e resistência (RAGO, 1995). Entretanto, na realidade de áreas rurais, o ideal feminista e o trabalho de mulheres na agricultura já eram comuns, sendo possível identificar isso na trajetória das interlocutoras da pesquisa. Portanto, a feira livre torna-se uma alternativa de trabalho para mulheres do campo que trabalham ou que já trabalhavam desde sempre na agricultura.

O que se percebe é que não se pode pensar no espaço da feira para mulheres sem a reflexão sobre a territorialidade, na medida em que, para as mulheres, trabalhar no espaço público ainda é uma conquista e um desafio que enfrentam todos os dias ao saírem de casa. Ademais, a feira, enquanto território composto por feirantes que moram no município, feirantes que vêm de outras cidades, prefeitura, homens que trabalham como carregadores de produtos e vendedores ambulantes, é um lugar pelo qual perpassam múltiplas relações de poder, ligadas principalmente ao direito de trabalhar na feira. Nesse sentido, é necessário refletir como as mulheres feirantes conquistam o seu espaço e se mantêm na feira diante de lutas travadas pelo seu território.

2.4 Discutindo os Conceitos Sobre Identidade Social

Para a análise da identidade das mulheres feirantes de Baturité, percebeu-se a pertinência do emprego do conceito de identidade social. Mediante esse propósito, o conceito será abordado com base nas contribuições de Polack (1992), Silva, Hall e Woodward (2014).

Silva, Hall e Woodward (2014) definem o sentido de identidade como algo relacional. Em contextos de guerra, os elementos que tornam dois grupos diferentes tornam-se

fundamentais para a afirmação ou negação da identidade. Nas guerras e conflitos, há uma turbulência social e política a partir da promoção dos/das sujeitos/as por histórias e narrativas sobre o sentido da identidade. Desse modo, esses/as sujeitos/as adquirem, por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, a representação de si mesmos/as.

O caráter relacional da identidade envolve o sentido do *eu* e do/a *outro/a*, marcado pela admissão e a exclusão. Um exemplo disso seria a identidade nacional, visto que, segundo Silva, Hall e Woodward (2014), se alguém se afirmar croata, não pode ser sérvio. Outro exemplo seria a marca do gênero, de maneira que nas concepções de masculinidade, as mulheres são excluídas dos cenários cujo acesso exige as credenciais masculinas.

Conceituar identidade torna-se pertinente para enxergar os tensionamentos entre o essencialismo e o não essencialismo. Em poucas palavras, o essencialismo fundamenta verdades na história biológica, como por exemplo, a identidade de gênero. Hall (2014) chama a atenção para como se dá a inserção da identidade no contexto cultural, abrindo um debate sobre a cultura e o significado. Tratando-se de cultura e significado, o foco se desloca dos sistemas de representação para as identidades produzidas, de modo que as práticas de significados e sistemas simbólicos ganham sentido na experiência e naquilo que somos.

As mulheres feirantes, assim como outros grupos sociais, possuem uma identidade coletiva construída a partir de suas experiências e das relações sociais que estabelecem no contexto da feira. Elas se identificam como mulheres trabalhadoras e feirantes, que enfrentam diariamente os desafios e dificuldades do trabalho informal na feira livre. Possuem, nesse sentido, marcas e práticas culturais próprias, que se manifestam nas relações que estabelecem com os demais feirantes e com os clientes.

No entanto, a identidade das mulheres feirantes também é influenciada pelas relações de poder presentes nos macros e micro contextos sociais, que podem levar à discriminação e à marginalização dessas mulheres, além de limitar as suas possibilidades de ação e expressão. Por isso, é importante compreender como essas relações de poder se manifestam no contexto da feira livre e como elas afetam a construção da identidade das mulheres feirantes de Baturité.

Assim, a perspectiva dos estudos culturais sobre identidade e diferença pode contribuir para compreender a complexidade da identidade das mulheres feirantes de Baturité, considerando o seu contexto próprio frente às relações de poder presentes na sociedade que influenciam a construção de sua identidade coletiva.

A diferença marca a identidade na medida em que os sistemas classificatórios permitem que as identidades sejam fabricadas por meio da diferença dos sistemas simbólicos, como a comida que se come em um lugar e que pode não ser comida em outro. O sistema simbólico

denota, assim, um olhar para os elementos culturais a partir da subjetividade, enquanto compreensão que se tem sobre o *eu* em relação aos pensamentos, emoções conscientes e inconscientes e representações, enquanto a identidade concebe a internalização de visões exteriores que se tem de si próprio/a (POLACK, 1992).

Polack (1992) compreende, portanto, três elementos fundamentais para a construção da identidade, sendo eles a unidade física, que delimita fronteiras físicas que marcam o pertencimento a grupos sociais, como por exemplo, a cor da pele; o segundo elemento seria a continuidade dentro do tempo, como a fluidez das memórias no sentido físico, moral e psicológico; por último, o sentimento de coerência, em que diferentes elementos integram o indivíduo. Nesse sentido, a memória se torna um elemento constituinte ou aglutinador do sentimento da identidade.

Em concordância com Polack (1992), Silva, Hall e Woodward (2014) também afirmam que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, compreendendo a diferença como fundamental para distinção do "*eu*" e do "*outro*". A memória e a identidade, enquanto valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, evidenciam, pois, relações constituídas por grupos políticos ou ideológicos, destacando assim a indispensabilidade da resistência.

A ligação entre memória e identidade social está presente na história de vida e na história oral, de maneira que o problema da identidade, em um determinado contexto, compreende os conceitos de identidade a partir das noções de memórias e percepções compartilhadas da realidade (POLACK, 1992).

A memória, apesar de ser individual, deve ser compreendida como um fenômeno construído socialmente e coletivamente, estando submetida a flutuações, transformações e ressignificações constantes. Além disso, a memória também está interligada a uma herança cultural, de modo que a identidade se constitui não apenas na memória de um indivíduo em si, mas na experiência antepassada do ser (POLACK, 1992).

Logo, a frase “só sabem o que é a feira quem são feirantes”, relatada por Dona Francisca, denota a compreensão do *eu* e do *outro*, conforme apresentada por Polack (1992). Trabalhar na feira torna os sentidos *da feira* específicos para *os/as feirantes*, uma vez que a experiência cotidiana no território *da feira*, bem como a sociabilidade interna *entre feirantes*, torna o significado de *ser feirante* marcado pelas memórias em conjunto *entre feirantes e não feirantes*, especificamente a partir das experiências sobre *a feira e a vida de feirante*.

Dona Rosângela, durante uma entrevista, relatou “as pessoas da cidade têm preconceito com a gente que não mora aqui e vem vender na feira. Eles acham que a feira é só deles e nós,

que somos de outra cidade, não temos direito”. Sua fala se relaciona com a compreensão de Polack (1992), uma vez que, na construção de identidade das feirantes de Baturité, o elemento da naturalidade é importante, especificamente no que diz respeito ao direito a vender na feira. Além disso, a continuidade do tempo, marcada pela quantidade de anos que se trabalha na feira, é alvo de falas como “eu já trabalho aqui há 10 anos, não tem quem me tire daqui”, sendo a quantidade de tempo imperativa na legitimidade/autorização do trabalho.

A partir das próprias palavras das interlocutoras, é possível compreender o que é identidade para elas. Uma vez que o diálogo sobre identidade inicia com uma discussão de conceitos e se aprofunda na experiência e memória das feirantes, outras aproximações do conceito de identidade serão trabalhadas no capítulo seguinte, de modo a se relacionar com as trajetórias e as experiências de vida e de trabalho das mulheres feirantes de Baturité.

Michael Pollak (1992) aborda ainda a relação entre memória e identidade social, destacando como as lembranças coletivas são construídas e compartilhadas pelos grupos sociais. No contexto das mulheres feirantes de Baturité, é possível perceber como a memória e a identidade se entrelaçam em suas experiências.

As mulheres feirantes de Baturité têm histórias e trajetórias marcadas por suas lutas e conquistas, mas também por suas memórias e experiências cotidianas. Suas histórias são construídas a partir de suas vivências como trabalhadoras informais e suas relações com a feira livre, que - além de ser um espaço vital para elas é também um lugar importante para a economia local e para a sociabilidade dessas mulheres.

A memória coletiva das mulheres feirantes está presente em suas narrativas sobre a origem da feira livre, sobre a forma como elas começaram a trabalhar ali e sobre as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Essas narrativas são importantes para a construção da identidade coletiva dessas mulheres, que se reconhecem como parte de uma comunidade de trabalhadoras informais que lutam por seus direitos e pela valorização de seu trabalho.

A identidade das mulheres feirantes também está relacionada à sua condição de mulheres e à forma como se inserem na sociedade. A desigualdade de gênero também se reflete em suas experiências como trabalhadoras informais, que muitas vezes enfrentam dificuldades para conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares e sociais. No entanto, as mulheres feirantes de Baturité fortalecem-se por meio da solidariedade e da união, o que contribui para a construção de uma identidade coletiva forte e resistente.

Assim, a relação entre memória e identidade social, discutida por Pollak (1992), pode ser observada na experiência das mulheres feirantes de Baturité. Suas memórias coletivas são

fundamentais para a construção de sua identidade como trabalhadoras informais e como mulheres que lutam por seus direitos e valorização de seu trabalho.

Em síntese, este capítulo absorveu o escopo e a necessidade de aprofundar as categorias de análise de gênero, trabalho e identidade das mulheres feirantes, buscando compreender como essas relações se refletem na vivência dessas mulheres e na construção e manutenção de suas lutas mais significativas. Identificou-se que a divisão sexual do trabalho permeia a experiência das mulheres feirantes, evidenciando-se na marginalização e precariedade de seus locais de trabalho, além da falta de garantias trabalhistas em casos de doenças ou dificuldades nas vendas. Observou-se também como a perspectiva transcultural sobre o papel da mulher em diferentes sociedades se reflete na forma como as próprias feirantes se veem e realizam seu trabalho, não se submetendo necessariamente aos maridos nem se sentindo inferiores a eles. Além disso, percebeu-se que as jornadas de trabalho das mulheres se assemelham, devido ao tempo dedicado ao cuidado com o lar e com a família.

Durante o capítulo, também foi evidenciada a conexão entre as histórias de Baturité e dos trabalhadores ferroviários, ante os desafios e dificuldades com a construção da identidade dos trabalhadores locais, destacando-se que, em meio a muitas lutas e resistências, as relações de trabalho, tanto formais quanto informais, foram se transformando.

Além disso, a relação das mulheres com a feira livre de Baturité ressaltou a importância desse mercado na economia local, bem como o protagonismo das mulheres nos processos de comercialização.

Por fim, realizou-se uma contextualização da identidade como categoria de análise em pesquisas científicas, enfatizando a necessidade de se aprofundar a compreensão sobre as experiências das interlocutoras. No próximo capítulo, especificamente no tópico sobre as histórias de vida e identidade das mulheres feirantes, a temática da identidade será abordada novamente, então de maneira interligada com a trajetória das interlocutoras, permitindo dialogar com os conceitos trabalhados neste tópico por meio das narrativas dinâmicas trazidas pelas próprias experiências das feirantes.

CAPÍTULO III - VOZES FEMININAS NA FEIRA LIVRE DE BATURITÉ: RELAÇÕES DE PODER E TERRITORIALIDADE

Neste capítulo, as questões voltadas à escolarização, às relações de poder e à territorialidade serão debatidas com maior profundidade, buscando gerar uma compreensão mais ampla de como vem se construindo as trajetórias de vida e trabalho das mulheres feirantes de Baturité-CE. Também serão apresentadas histórias de vida das mulheres, suas identidades, suas experiências na feira de Baturité e os desafios que diariamente enfrentam no trabalho informal na feira.

Além disso, neste capítulo, as vozes das mulheres feirantes serão expostas com maior ênfase, de modo a trazer à tona as construções de trajetórias de trabalho, experiências e invisibilidades sentidas pelas interlocutoras.

3.1 Território e Poder da Feira Livre de Baturité

Raffestin (1993) compreende o território a partir de uma geografia política clássica, em que o poder circula em todas as relações como algo que não é possuído ou adquirido, e sim exercido. Chama-se a atenção para a distinção dos significados entre espaço e território, na medida em que o primeiro antecede o segundo.

O território se forma a partir do espaço decorrente de uma ação ou apropriação concreta ou abstrata (RAFFESTIN, 1993). Conectando esse entendimento de território à realidade da feira livre, no momento em que o seu espaço é ocupado pelos/as feirantes começa a se materializar ali um local de troca e venda, tornando-se, portanto, território para os/as feirantes, o que se consolida na medida em que vai havendo a ação e a apropriação daquele espaço à sua presença e autoridade. Na atualidade, a ausência de alguns/algumas dos/das atores/atrizes que fazem a feira não retira do espaço o seu sentido de territorialidade, haja vista a persistência de muitas marcas simbólicas e físicas de sua presença, e de suas relações ali estabelecidas.

O território seria o espaço em que se projetou trabalho, energia e informação, marcados por múltiplas relações de poder. O sistema territorial não se limita a um espaço físico concreto, mas parte da necessidade de organizar o campo operatório de uma ação laboral e culturalmente significativa, do mesmo modo em que as imagens territoriais revelam relações de produção e consequentemente relações de poder, podendo estar presentes em interações políticas, econômicas, sociais ou culturais, resultando em jogos de procura e oferta, que derivam da atuação dos indivíduos. Essas marcas conduzem sistemas, malhas e redes que se imprimem no espaço, constituindo o território (RAFFESTIN, 1993).

O que é territorialmente *vivido e construído* por membros de uma coletividade ao mesmo tempo tem, ao mesmo tempo, como processo e produto territorial a territorialidade, de tal maneira que as relações ontológicas e históricas tornam o poder inevitável e não ingênuo (RAFFESTIN, 1993).

Pietrafesa (2014) afirma que a territorialidade é plural, remetendo a algo proposto ou a processos de construção de territórios, incluindo a apropriação, controle, usos e atribuições de significados. Pietrafesa afirma:

A territorialidade, como processo de construção de um território, recobre, assim, ao menos dois conteúdos diferentes: a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações, de um lado e, de outro lado, os princípios de organização — a distribuição e os arranjos dos lugares de morada, de trabalho, de celebrações, as hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos (PIETRAFESA, 2014, p. 444).

Portanto, Pietrafesa (2014) compreende que as representações que envolvem o investimento de um material simbólico no espaço reportam à construção de um território, sem que se refira a uma construção definitivamente acabada, mas que se cria e recria no cotidiano.

A feira, como território ocupado por atores e atrizes sociais que transformam um espaço em local de trabalho, traz elementos de construção e reconstrução no seu cotidiano, desde a montagem de uma banca vazia até a banca com produtos à venda, bem como quando a/o feirante volta para casa, mas deixa ali as marcas e significados do seu trabalho impregnados, tanto de maneira física quanto simbólica.

A feira livre traz igualmente à tona uma paisagem cultural, permitindo reconhecer o seu território e provocando os/as sujeitos/as a inserirem, conforme suas raízes e distinções, as suas presenças, pertencas e identidades. Ademais, a relação dos dinamismos, significados e sentimentos presentes tanto no fluxo do imaginário como no coletivo de estruturas, símbolos e equipamentos, juntamente com o conjunto de memórias, expande as definições da fala e da presença do ser humano, deixando de ser uma informação objetiva e refletindo traços que ultrapassam o olhar, como, por exemplo, as sensações vivenciadas e sentidas pelos/as atores e atrizes sociais e observadores/as, configurando conflitos e disputas que abarcam uma série de significados (SILVA, 2015).

No momento em que os/as atores e atrizes sociais deixam suas marcas físicas ou simbólicas sobre um espaço, ocorre assim o processo de territorialização. Dessa forma, a feira de Baturité, para além dos signos simbólicos e afetivos, destaca as suas marcas, independentemente da presença física das feirantes, como mostrado na fotografia a seguir:

FOTOGRAFIA 9— BANCAS DA FEIRA DE BATURITÉ EM DIAS DE DOMINGO (2023)



FONTE — elaborado pela autora, 2023

No registro fotográfico acima, são apresentadas as marcas do trabalho dos/das feirantes no dia em que não fazem a feira. Entretanto, mesmo assim, o espaço é ocupado por marcas simbólicas e físicas, representadas pelas estruturas das bancas, entre outros elementos. Além disso, como aponta Silva (2015), a feira confere um sentido diferente à rua e ao mercado, trazendo à tona a acepção de território comercial popular (de rua e informal). Mesmo sem a presença dos/as feirantes, o local ainda marca a existência da feira, destacando também uma paisagem carregada de sentimentos de pertencimento, resistência, luta e disputa de espaço, marcando, assim, a territorialidade. Dessa forma, os desdobramentos e significados que a feira remete à comunidade referem-se ainda à luta dos/das feirantes pela resistência.

A feira livre de Baturité, enquanto território, relaciona-se assim com ideias de memória, identidade, sociabilidade e afetividade, de maneira que as experiências de vida e trabalho se configuram como memórias individuais e coletivas (SILVA, 2015).

3.2 Acesso à escolaridade na vivência das mulheres feirantes

Durante o diálogo com as mulheres feirantes de Baturité, a temática da escolaridade chamou a atenção devido ao modo como as interlocutoras demonstravam se sentir diante do pouco acesso que tiveram em concluir a educação básica. Dentre as mulheres feirantes com as quais dialogamos, quatro afirmaram não ter finalizado a educação básica, enquanto apenas uma confirmou tê-la concluído.

As principais dificuldades apontadas para frequentar a escola estavam relacionadas ao trabalho, uma vez que, na época de suas infâncias, suas famílias consideravam o trabalho mais relevante do que a frequência escolar, sendo que quase nenhum/a de seus/suas familiares tinham concluído a educação básica.

Também foi relatado por uma interlocutora o não acesso à escola devido a uma proposta enganadora que recebeu na infância. Uma pessoa ofereceu colocá-la na escola e criá-la em troca de seu trabalho, mas, ao aceitar a proposta, ela se deparou com outra realidade, a qual não incluía a escolaridade, mas apenas o trabalho.

Além disso, outra interlocutora afirmou não ter finalizado a educação básica devido à gravidez na adolescência. A escola em que estudava era distante de onde morava e, devido à sua condição, não tinha como ir a pé.

A maternidade precoce é ainda hoje um dos grandes motivos para adolescentes e mulheres jovens abandonarem a escola. Apesar de o número vir diminuindo e políticas públicas serem instituídas para garantir o direito à educação básica da criança e do adolescente, o relato da interlocutora aponta como a ausência dessa mesma política pública na época em que engravidou na adolescência a prejudicou e deixou marcas em sua vida. Hoje, uma de suas filhas tem sua própria banca na feira, havendo o repasse de saberes tanto relacionados à feira como do seu conhecimento e apoio para que continue os estudos (SARRIA *et al.*, 2022).

A educação é uma via estratégica para a desnaturalização das desigualdades, preconceitos e violências sofridas pelas mulheres. Em 1948, a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, legitimando em 1953 os direitos políticos das mulheres e a igualdade entre os gêneros, no que diz respeito à

ocupação igualitária de homens e mulheres em postos públicos e privados como um direito. O Brasil reconheceu essa declaração apenas em 1963 (KLEIN *et al*, 2019).

As conquistas políticas para mulheres foram consequência de muita luta de movimentos sociais e sindicais. Mesmo que a legislação brasileira tenha firmado o compromisso de promover a igualdade educacional para homens e mulheres, há contradições diante dos relatos das interlocutoras. Isso mostra que, para além da legislação, foi necessário criar políticas públicas que assistissem essas mulheres socialmente, garantindo seu direito à educação (KLEIN *et al*, 2019). Na realidade das feirantes de Baturité, suas lutas pela justiça social percorrem suas trajetórias para garantir o direito à educação para seus filhos e filhas.

A sociedade, enquanto processo de construção de vida social a partir do estabelecimento de relações e estruturas políticas e econômicas, mantém relações de poder, seja pelas classes sociais, pela etnia ou entre os sexos, o que legitima a relevância e a valorização de uns sujeitos em detrimento de outros/as. A pouca valorização feminina é fruto de um poder social que, ao estabelecer um poder econômico, concretiza um poder político que legitima formas de existir a partir de representações mentais e simbólicas dessas relações sociais (FONSECA, 1995). Portanto, a negação do direito à educação na realidade das mulheres feirantes é percebida como fruto de relações de poder que desvalorizam a relevância social da mulher do campo e de demais grupos desfavorecidos. Isso ocorre na medida em que a construção da sociedade e da vida social perpassa relações de poder que as sustenta, mantendo desigualdades, prevenções e privilégios.

O ato de conhecer, enquanto prática social, constitui os sujeitos sociais. A função social da educação é assim a transmissão do conhecimento que, a partir da interação, gera a transformação na sociedade e a reprodução social (FONSECA, 1995). Portanto, uma educação moldada a partir de pressupostos criados e acessados apenas por homens tende a reproduzir ideais machistas.

Durante muito tempo, as legislações referentes à aprendizagem e à educação, consideradas pilares essenciais para o desenvolvimento humano e a transformação das relações sociais, negligenciaram sistematicamente o acesso das mulheres à educação formal. Somente em 1827, por meio da promulgação da Lei de 15 de outubro, o público feminino conquistou o direito de frequentar escolas, conforme destacado por Fonseca (1995) e respaldado pela própria legislação (BRASIL, 1827).

É fundamental destacar que o direito à educação das mulheres e a frequência delas à escola não são conceitos equivalentes. Em 1827, por meio de um decreto imperial, o Brasil permitiu que as mulheres frequentassem as escolas; no entanto, esse marco não garantiu a elas acesso à mesma qualidade de educação oferecida aos homens.

Após as duas guerras mundiais, a situação social das mulheres trabalhadoras no contexto capitalista foi cada vez mais rigidamente moldada, especialmente no que diz respeito ao papel da domesticidade, da sexualidade e da crescente participação nos serviços fabris. Nos países do terceiro mundo, os índices alarmantes de desemprego e subemprego afetaram especialmente as comunidades marginalizadas, onde as mulheres trabalhadoras muitas vezes permaneciam devido à falta de oportunidades de formação profissional. O acesso à educação básica, etapa crucial para a preparação para o mercado de trabalho, foi historicamente negado a muitas delas. Como resultado, encontram-se frequentemente em empregos informais e condições de trabalho precárias, incapazes de se estabelecerem em posições formais, como ressaltado por Fonseca (1995).

Segundo Vigano e Laffin (2016), o espaço da educação de jovens e adultos (EJA) vem empoderando muitas mulheres que, durante a infância, por motivos diversos, foram impedidas de frequentar a escola. Em contrapartida, as mulheres de áreas rurais ainda não têm tanto acesso às políticas públicas educacionais, devido à distância entre a escola e suas casas, às múltiplas jornadas de trabalho e, por muitas vezes, sentirem que não conseguem mais pensar na educação como fonte de emancipação social diante de suas experiências de vida.

Não é à toa que as interlocutoras da feira livre de Baturité tenham destacado a importância que deram na criação dos/das filhos/as, para que todos tivessem a oportunidade de estudar. Mesmo diante do trabalho árduo em que se encontram, dão total apoio aos/às filhos/as na continuidade dos estudos, na medida em que querem dar-lhes a chance de melhorarem de vida.

A educação deve ser libertadora, segundo Freire (1987), entretanto, o autor afirma que o problema da humanização é reconhecer a desumanização como realidade histórica e ontológica. O direito de ir à escola para as mulheres está intrinsecamente relacionado ao sentido dos próprios direitos humanos, na medida em que, durante a história das mulheres, a educação era algo a que somente homens podiam ter acesso (DEL PRIORE, 1997).

A desumanização acontece quando a humanidade dos/as indivíduos/as é roubada e distorcida, supostamente, segundo a vocação histórica do ser que se crê superior ao/à outro/a, o que resulta em uma *ordem* injusta, gerando e perpetuando violências dos opressores sobre os seres que, inferiorizados/as, seguem subjugados/as (FREIRE, 1987).

Somente o poder que nasce da força dos oprimidos pode emancipá-los, de modo que a liberdade e o ato de rebeldia necessitam ser conjuntos com outros sujeitos oprimidos. Desse modo, é a partir dos movimentos feministas que se conquista uma série de direitos para as

mulheres. Entretanto, diante da realidade da população feminina do campo, ainda há muitos direitos a serem efetivados.

No que tange à trajetória das mulheres feirantes de Baturité, o processo de opressão vivenciado de diversas formas durante a negação da educação para elas, apesar de ser marcante em suas vidas, também transmite resistência e superação. Visto que, mesmo diante de desafios, elas conseguiram manter o sustento de si e dos/das filhos/as por meio do seu trabalho na feira. Além disso, trabalhar na feira foi primordial para conseguirem melhorar problemas de autoestima e aprender conhecimentos específicos do trabalho comercial.

Logo, a negação do direito à educação na realidade das mulheres feirantes de Baturité perpassa relações de poder e opressão, bem como a noção de território da feira marca a identidade de mulheres que tiveram o acesso à educação negado, na medida em que a interrupção da escolaridade das interlocutoras foi um dos principais motivos para não conseguirem alcançar ocupações formais. Além disso, a ausência de políticas públicas na realidade das mulheres também impede o acesso à educação, visto que a gravidez precoce se torna um problema para uma das interlocutoras, em razão da distância entre a escola e sua casa, não permitindo que Rosilene mantivesse a frequência escolar.

3.3 Histórias de Vida e Identidade das Mulheres Feirantes de Baturité

FOTOGRAFIA 10 — DONA ROSÂNGELA EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023)



FONTE — elaborado pela autora, 2023

Rosângela é uma feirante de 37 anos, vendedora de verduras, legumes e frutas. Ela trabalha em frente à Igreja de Santa Luzia, próximo aos vendedores de carnes. Enquanto responde às questões que lhe são feitas, ela descasca cebolas e atende clientes, apesar de afirmar que o movimento está fraco. Rosângela diz:

Eu me orgulho de ser feirante, gosto de trabalhar pra mim mesma, foi daqui que consegui criar meus filhos, comprar minha casa, pagar colégio e hoje pago até a faculdade de um filho com o dinheiro que ganho na feira. Hoje posso comer o que eu

quiser, posso ajudar meus pais quando precisam. Já fui muito humilde. Hoje, às vezes, tu acreditas que eu sinto vontade de tomar aqueles sucos de refresco (risadas), porque hoje eu tenho as frutas, mas eu sinto falta do gosto do refresco (risadas). Para você ver, né? Eu sou muito feliz com meu trabalho, aqui a gente ri, se diverte, trabalha. Todo dia eu venho com o maior prazer (ROSÂNGELA, feirante, 37 anos, 2023).

Há 10 anos Rosângela trabalha na feira e se sente feliz em conseguir seu sustento a partir de suas vendas. Desde criança trabalha como agricultora junto a seus pais e irmãos, e quando realiza testes de plantio⁷ no solo aumenta sua plantação. Os produtos que não consegue plantar, compra no CEASA ou em outras feiras do Maciço de Baturité. Enquanto trabalha na feira, seu marido a ajuda plantando em seu local de moradia. Seu trabalho na feira ganha relevância no cotidiano, ajudando pessoas pobres que não têm dinheiro para comprar e vendendo para pessoas que moram mais distantes da cidade e não podem comprar nos mercados, sobrevivendo dos produtos das/os feirantes.

A composição da feira por mulheres feirantes chama a atenção para uma realidade de relações de gênero e protagonismo feminino na agricultura familiar, na medida em que três das interlocutoras trabalham vendendo hortifrútis, enquanto seus maridos e familiares plantam. O trabalho das mulheres é central no sustento da família, de forma que sua entrada na feira livre possibilita a criação de novas relações sociais, tanto na família como no trabalho.

Na lógica econômica da região do Maciço de Baturité, a agricultura familiar é uma atividade fundamental. Entretanto, o trabalho feminino em casa é invisibilizado, visto que a atividade doméstica no campo é colocada como responsabilidade da mulher, enquanto a agricultura fica como responsabilidade masculina. A inserção de mulheres na feira livre, nesse contexto, contribui para a desconstrução da ideia da participação das mulheres apenas no âmbito doméstico, rompendo também com a concepção do trabalho feminino enquanto *ajuda* (FACCIN, 2021).

Dona Rosângela tem 5 filhos e mora na Serra de Cajuais, em Capistrano/CE. Durante a semana, eles chegam à feira às 5h30 da manhã para arrumar sua barraca e, aos sábados, chegam às 3h da madrugada. Nas quartas-feiras, costumam passar a noite na CEASA para comprar produtos que estão em falta em sua banca. O dia mais movimentado costuma ser aos sábados, pois toda a cidade vai à feira. Ela começou a ir à feira aos 16 anos de idade, junto com seu irmão, que já vendia batatas em Capistrano. Logo depois, seu irmão a levou à feira de Baturité e resolveu montar sua barraca lá. Rosângela finalizou o ensino médio e sempre gostou de

⁷ Testes de plantio são procedimentos realizados para avaliar o desempenho de plantas em determinadas condições de solo, clima e manejo. Esses testes geralmente são conduzidos em experimentos controlados, onde diferentes variáveis são manipuladas para observar os efeitos sobre o crescimento, desenvolvimento, produção e outras características das plantas (SALTON; HERNANI; FONTES, 1998). Os testes de plantio em Baturité-CE são realizados pela Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA).

trabalhar na feira, pois recebeu bastante incentivo da família e de si mesma. Foi através de seu trabalho na feira que eles conseguiram manter o sustento de seus filhos, ajudar sua mãe, pagar a faculdade dos/as seus/suas filhos/as e comprar seu carro, que hoje ajuda no transporte dos alimentos que vendem.

A vivência feminina na feira livre, segundo a feirante, está entrelaçada com a entrada da mulher no mercado de trabalho. O espaço público para mulheres se mostrou violento em muitos momentos da história, na tentativa de expulsá-las dos espaços públicos, fortalecendo formas de opressão de gênero, como os assédios nas ruas, violências sexuais, feminicídio, entre outros. Essa experiência já era sentida por mulheres pobres e negras que, desde a ab-rogação da escravidão, se encontra no mercado de trabalho sob condições precárias. O sentido de ser mulher feirante se mostra para as interlocutoras da pesquisa também em uma diversidade de elementos de opressão e luta pela conquista de trabalhar fora de casa e se sentir segura no trabalho, o que para elas significa ter segurança na feira livre (CARVALHO, 2021).

De acordo com Saviani (2007), o ser social é compreendido em sua dimensão ontológica como um ser histórico e inerentemente social. Sua existência é profundamente influenciada pelas interações com outros indivíduos e o mundo que o cerca, e essa relação é moldada ao longo do tempo. O trabalho, por sua vez, desempenha um papel fundamental na existência humana, pois possibilita a transformação da natureza e a criação dos recursos essenciais para a existência.

Contudo, ao longo da história, a conexão entre trabalho e educação foi gradativamente desfeita, resultando em uma série de desafios sociais e educacionais. Essa ruptura gerou problemas que impactam a sociedade como um todo e limitam o pleno desenvolvimento do ser humano em sua dimensão social e histórica. Diante dessa perspectiva, torna-se imperativo buscar a reintegração entre trabalho e educação, a fim de possibilitar o completo desenvolvimento do ser humano como ser social e histórico, conforme salientado por Saviani (2007).

Logo, é importante observar como a experiência pessoal de Rosângela está interligada com a sua inserção no trabalho fora da esfera familiar e privada, na qual já realizava atividades agrícolas e domésticas. Sua inserção na feira está principalmente voltada para a presença masculina de seu irmão, que a levou para a feira e a motivou a continuar o trabalho como feirante desde os 27 anos. Desse modo, a presença do irmão foi de extrema relevância para garantir a segurança no início de sua profissão. Apesar de hoje trabalhar na feira sem a presença de parentes do gênero masculino, é possível afirmar que a segurança que obteve com o irmão

e, aos poucos, com a sociabilidade na feira, foi primordial para o avanço de seu percurso como feirante, garantindo a sua segurança como mulher na feira livre de Baturité/CE.

Rosângela relata que, antigamente, quando iniciou seu trabalho na feira, precisava trazer os alimentos em suas costas e na sua cabeça, vindo a pé de sua moradia até a barraca. Já passou por muitas dificuldades, chegando inclusive a ir à falência, mas hoje, através da feira, se restabeleceu e agradece a Deus por isso. A principal dificuldade que enfrentou para vir trabalhar na feira foi a falta de dinheiro, pois não podia comprar os materiais para plantar nem para comprar as frutas e verduras.

Há sete anos perdi tudo na feira e precisei juntar tudo de novo, não tinha banco para fazer empréstimo, não tinha dinheiro para comprar as coisas pra plantar, hoje já comprei minha casa e meu carro. Nosso trabalho é assim, a gente nem precisa vir todos os dias, ninguém obriga a gente, mas tem uma responsabilidade em vir trabalhar, acordar todos os dias... (ROSÂNGELA, feirante, 37 anos, 2023).

A imprevisibilidade financeira é uma realidade que não assusta apenas Rosângela e que está presente na vivência de outras feirantes e trabalhadores/as informais. A falta de políticas públicas para garantir a seguridade social dos/das feirantes é explícita com relação a outras profissões. Em emergências, como no caso da pandemia do COVID-19, muitas famílias dependeram unicamente dos auxílios, como o Auxílio Brasil, que nem sempre são suficientes para todos os/as membros/as da família.

Além disso, é perceptível na fala de Rosângela a ausência de políticas de linhas de crédito específicas para as feirantes de Baturité, gerando momentos financeiramente conturbados, como o da situação narrada pela interlocutora.

Outro ponto de destaque na discussão é a situação da mulher trabalhadora assalariada do campo, especialmente vinculada à prestação de serviços para empresas do agronegócio. As relações de trabalho estabelecidas por essas empresas com os/as trabalhadores/as rurais, predominantemente mulheres, exercem um impacto significativo na saúde e na vida dessas trabalhadoras. A falta de garantias de direitos trabalhistas dos/as agricultores/as muitas vezes as prejudica de múltiplas formas. Além disso, a escassez de acesso a terras para cultivo, a limitação na autonomia sobre as práticas agrícolas e as restrições quanto ao acesso a sementes e água, especialmente no Nordeste, são desafios evidenciados (LUNAS, 2015).

Essa realidade é personificada por Rosilene, irmã de Dona Rosângela. As barracas delas ficam lado a lado na feira. Com 42 anos de idade e 20 anos de experiência na feira, Dona Rosilene trabalha juntamente com seu marido, responsável por auxiliá-la nos finais de semana. Sua participação ativa na feira é crucial para sustentar seus três filhos, sendo um deles colaborador no transporte de frutas e verduras. Embora tenha alcançado apenas o sétimo ano

de escolaridade, devido a uma gravidez na adolescência, ela enfrenta os desafios da zona rural de Capistrano, em Cajuais, onde reside com sua família. Dona Rosilene destaca:

Eu sempre fui feirante, antes eu trabalhava lá em Capistrano, mas meu irmão disse que a feira daqui era melhor, aí vim, gostei daqui. Eu comecei a vender porque vi outra pessoa fazendo isso, aí fui testar para ver se dava certo e acabou que deu. Meus pais já trabalhavam na agricultura e desde pequena eu os ajudei. Minha irmã trabalha, minha filha tem uma banca aqui também e um irmão meu também vendia na feira (ROSILENE, feirante, 42 anos, 2023).

Rosilene sempre foi feirante, e trabalhou na feira de Capistrano antes de começar a trabalhar na de Baturité. Antes disso, ela e sua família realizavam funções de agricultura conjuntamente. Apesar de precisar trabalhar muito, ela gosta do que faz, mas relata dificuldades no transporte, principalmente em dias chuvosos, já que há muitas ladeiras e ela corre mais riscos de acidentes. Ela costuma sair de casa às 5h30 da manhã para ir à feira, mas só volta para casa depois de vender tudo, entre 12h e 12h30, chegando em casa às 14h. Como mulher, sente dificuldades, principalmente para carregar cargas pesadas. Rosilene complementa:

Eu vendo porque preciso. Pra me sustentar e sustentar meus filhos, mas eu gosto de vir. Sempre vendo tudo e volto sem nada para casa. Tem as dificuldades em transporte, porque a gente que vem com as coisas carrega muito peso, as coisas vêm balançando e caindo. Quando chove também é ruim, porque tem ladeiras e a gente escorrega, e nós que somos mulheres é ruim porque as cargas são pesadas, né? Eu gosto muito da feira e do prefeito, pois trata todos iguais, tanto os feirantes moradores de Baturité quanto os de outras cidades. Pra mim, a importância das mulheres na feira é para terem o seu próprio dinheiro e não dependerem de outra pessoa no sustento dos filhos (ROSILENE, feirante, 42 anos, 2023).



FONTE — elaborado pela autora, 2023

O trabalho da feirante Dona Rosilene, junto do marido e dos filhos, remete à transmissão de saberes e à educação na agricultura familiar (LUNAS, 2015). O casal de pais envolve os filhos nas atividades laborais para ensinar os saberes da família e deixar como herança para os filhos o conhecimento de como "ser feirante e fazer a feira" (VEDANA, 2004), possibilitando ter uma profissão a mais para seguir, caso não alcancem o trabalho desejado. É fundamental compreender como este aspecto da família de Dona Rosilene afirma a identidade social do grupo familiar, visto que a feira, assim como a agricultura, está relacionada à maneira de ser e existir no mundo, sendo imprescindível transmitir seus saberes para as gerações seguintes da família.

A identidade das mulheres feirantes de Baturité, assume, assim, um sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos em que está representada. Pensar na mulher feirante, neste sentido, só se torna possível a partir da experiência, uma vez que a própria trajetória de vida das feirantes incorpora sentidos ligados aos apontamentos de Faccin (2021) e de tantos/as outros/as autores/as, segundo os/as quais apenas quem vive a própria história pode relatá-la (SILVA; HALL; HOWARD, 2014).

A partir da experiência de Dona Rosilene, observa-se que, na realidade pesquisada, as mulheres feirantes de Baturité possuem conquistas e lutas travadas entre ambientes domésticos e públicos, já que as relações de trabalho e os desafios vivenciados pelo corpo feminino podem se confundir.

A ausência de políticas públicas capazes de integrar as mulheres feirantes através de garantias e melhorias no local de trabalho gera a necessidade de muitas contarem apenas com o apoio e a solidariedade dos/das familiares e colegas de trabalho em momentos de adversidades, como, por exemplo, em casos de alagamentos das ruas, causados em dias chuvosos, de informações sobre como participar da feira, falta de espaço adequado para apresentar seus produtos à clientela, entre outros.

Ainda sobre a experiência narrada por Dona Rosilene, notam-se semelhanças nos escritos de Sader (2001), quando trata sobre identidade coletiva e reinvenção da política, notadamente a partir de cenas históricas das experiências de camadas populares das décadas de 1970 e 1980. Diante da extensão do trabalho, movimentos sociais cada vez mais expressivos apresentam a identidade do trabalhador e da trabalhadora como sujeitos coletivos em um período de emergência, tanto de novos atores sociais como da própria história social. O imaginário das práticas sociais possui uma dimensão fundante da trajetória de trabalhadores/as, de modo que a dimensão histórica dos movimentos sociais se torna relevante para a compreensão da história social e política do país.

Uma das histórias mais engraçadas que Dona Rosilene contou foi sobre uma briga entre ela e sua irmã, em que jogaram cenouras uma na outra e falaram palavras agravo e ofensa uma a outra, choraram, mas depois se entenderam e hoje riem da história. Uma história triste que ela contou falava sobre as pessoas que dormem na rua. Em relação a histórias relevantes, ela falou ainda sobre momentos de humilhação entre ela, clientes e outros feirantes por serem de outra região, fora do município de Baturité.

As narrativas de alegria e tristeza são relevantes no diálogo com as interlocutoras, uma vez que a partir desses relatos se observam memórias entrecruzadas, destacando-se no bojo de tudo isso a memória e a identidade coletiva das mulheres feirantes daquela realidade.

A identidade perpassa também os signos de subjetividade, de tal modo que a internalização das visões exteriores que os/as indivíduos/as têm de si próprios/as retrata o que eles/as compreendem como identidade, ao passo que a subjetividade se afirma no entendimento que se tem sobre o *eu* a partir de pensamentos, emoções conscientes e inconscientes (SILVA; HALL; WOODWARD, 2014).

Na feira livre, é possível enxergar essa subjetividade a partir da relação que as interlocutoras têm com seus produtos e práticas de venda. Como mencionado anteriormente sobre o vínculo da feirante com o suco de fruta, pode-se afirmar que essa relação parte da subjetividade em enxergar o refresco de fruta como algo que se torna menos acessível em comparação à fruta que ela vende, na medida em que - para consumir o refresco - Rosângela precisa sair de casa ou do seu posto de trabalho e ir à mercearia comprá-lo, enquanto a fruta que ela e seu marido plantam e colhem já está à sua disposição em casa ou até mesmo em sua banca.

Francisca é uma feirante que vende roupas infantis, de idosos, sutiãs, calcinhas, camisas e calças masculinas. Trabalha há trinta e cinco (35) anos na feira de Baturité e reside na cidade a um quilômetro da feira. Todos os dias, às 5h30 da manhã, vem andando até sua banca que já está montada por montadores que ela paga todos os dias de feira. Apesar de já ter 75 anos, ela não tem vontade de parar, pois sente que a feira é um território onde pode ganhar dinheiro, conversar, interagir e, de certa forma, se divertir. Relata que seus filhos se preocupam e a aconselham a não vir mais, entretanto, ela insiste em vir, pois se sente mais feliz assim. Dona Francisca é viúva, mas antes de seu marido falecer, trabalhava junto com ele na feira. É mãe de um homem e uma mulher, os dois já são casados. Sua filha mora com ela e a ajuda com os cuidados do lar. Dona Francisca trabalha sozinha em sua banca, mas devido a problemas de saúde na coluna, paga um rapaz para montar e desmontar sua barraca e um local para guardar sua mercadoria, ali mesmo, perto da feira. Dona Francisca fala:

Eu sou feirante já tá com mais de trinta anos, já trabalhei em outras feiras, mas hoje eu venho mesmo porque eu gosto, meus filhos não querem mais que eu venha, mas eu venho mesmo assim porque aqui é pelo menos um divertimento, eu converso, eu ganho meu dinheiro, é muito boa essa feira (FRANCISCA, feirante, 73 anos, 2023).

No relato de Dona Francisca, vê-se e sente-se a alegria em vir trabalhar na feira, sendo para ela um momento de diversão e interação, algo que condiz com os escritos de Carvalho (2021) sobre a sociabilidade da feira e sua relevância social. Entretanto, em sua fala, são também perceptíveis as marcas que o trabalho informal gerou em sua saúde, de modo que, ao trabalhar por trinta e cinco (35) anos na feira e durante muito tempo carregar seus produtos,

hoje ela necessita de auxílio em alguns momentos, pois possui problemas de coluna. Dona Francisca afirma:

Hoje eu sou feirante, mas já fui costureira e parei por causa da coluna. Também trabalhava na agricultura desde criança, porque meus pais eram agricultores. Comecei a trabalhar desde que comecei a andar, que lá era assim, sabe andar já dá para pegar uma coisa ali, ajudar acolá. Aí no roçado eu comecei a trabalhar com seis anos. A feira só ajuda, porque eu sobrevivo com dificuldade e a aposentadoria não dá pra tudo. Só meu remédio pro glaucoma que o médico passou é 600 reais. Aqui na feira tem semanas boas e tem dias ruins. Ainda tem as coisas da prefeitura que a gente tem que pagar, os carregadores, o canto pra guardar a mercadoria, tudo isso (FRANCISCA, feirante, 73 anos, 2023).

Da fala de Dona Francisca, saltam algumas contradições quanto às melhorias. Entretanto, de acordo com Bosi (1979) e Portelli (2012), existe mesmo certa contradição na memória, de maneira que a fala presente do/a ator/atriz social perpassa por novos olhares sobre aquele acontecimento e traz em seu relato a maneira como se sente afetado/a por aquela memória. Na fala de Dona Francisca, é percebido que, apesar de os anos em que trabalha na feira terem contribuído de alguma forma para a melhoria da infraestrutura do lugar, há muito tempo não há mudanças relevantes quanto, por exemplo, ao fato de melhorarem o asfalto para que, em épocas de chuva, não haja alagamento do espaço.

Atualmente, sua filha contribui com as atividades do lar, mas durante os 35 anos de serviço na feira, Dona Francisca não pôde contar com ajuda externa em casa, gerando uma dupla e possivelmente tripla jornada de trabalho, incluindo as atividades do lar, o cuidado com os filhos e o trabalho como feirante. Em dois momentos da feira, ela precisa se esforçar mais fisicamente: ao colocar e organizar os produtos na banca e ao fim do dia, ao guardar todos os produtos.

Francisca estudou até a primeira série, mas não concluiu nem os anos iniciais do ensino fundamental devido à necessidade de trabalhar. "Antes era muito difícil, não tinha escola perto. Ou trabalhava ou estudava, e nossos pais precisavam da gente na roça", diz ela. Francisca já trabalhou como costureira, mas teve que parar devido ao problema de coluna. Assim como seus pais, ela e seu falecido marido eram agricultores, e seu filho é técnico em agricultura.

A interrupção dos estudos é uma realidade que chama a atenção nos relatos das feirantes de Baturité. É necessário um olhar mais profundo sobre a questão do acesso à educação, que é evidente na realidade das mulheres da feira de Baturité e em muitas outras feiras do Ceará.

Francisca relata que começou a trabalhar desde que começou a andar, pois seus pais já pediam que ela buscasse coisas para eles. Mas ela só começou a trabalhar no roçado aos seis anos de idade. Devido ao seu estado de saúde, ela possui hoje muitas necessidades. Ela tem

glaucoma, e o valor do colírio chega a R\$600,00 por mês, o que traz desafios financeiros. A infraestrutura de Baturité e outras questões também trazem desafios, já que ela precisa pagar R\$25,00 para a prefeitura, R\$30,00 por semana para receber ajuda dos carregadores e mais R\$25,00 para guardar sua mercadoria em um local próximo à sua banca. Francisca já trabalhou nas feiras de Guaramiranga, Pacoti e Aratuba, mas agora trabalha apenas na feira de Baturité. Ela vê seu trabalho como uma forma de diversão, apesar de às vezes ter problemas com clientes. Ela sai de casa às 5 horas da manhã a pé para a feira livre e retorna entre as 12h e as 12h30.

FOTOGRAFIA 12 — DONA FRANCISCA EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023)



FONTE — elaborado pela autora, 2023

Além de enfrentar dificuldades na venda de seus produtos, em algumas semanas não consegue vender nada. Dona Francisca relata sobre o *boato* de que o prefeito irá mudar as bancas, sendo necessário futuramente a montagem e desmontagem da banca todos os dias, além do pagamento pela nova banca e o tamanho que pode ser menor.

As relações de poder sobre a feira livre de Baturité perpassam tanto o poder público quanto a interação entre os/as feirantes. Desse modo, as relações sociais que perpassam o território da feira são movidas pela resistência e luta dos/das feirantes para garantir seus direitos. Ademais, o protagonismo na fala das interlocutoras externaliza o repúdio a possíveis mudanças que não estejam de acordo com a vivência, experiência e identidade da feira livre de Baturité. Há feirantes que não moram no município, mas dependem da feira para manter o sustento de suas famílias.

Em um dos momentos, a interlocutora perguntou se a pesquisa fazia parte de algo do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Foi explicado que não e aproveitou-se o momento para perguntar se fazia parte das ações que o SEBRAE desenvolvia. Sua resposta foi que não participava nem do SEBRAE nem das reuniões da prefeitura, pois não sentia que havia mudanças. Muitas coisas eram ditas, mas nada era feito. Além disso, já tinha tido muito prejuízo na feira e ninguém a ajudou. Ela exemplificou com um acontecimento de quando um carro bateu em sua banca e a atingiu, gerando um corte em sua cabeça e a deixando toda ensanguentada. Sua banca já havia se quebrado outras vezes e, dessa vez, precisou pagar R\$ 500,00 para consertá-la. Dona Francisca relata:

O acidente que sofri na feira foi horrível. Eu estava aqui vendendo as minhas coisas, tinha acabado de pagar 500,00 para ajeitarem minha banca e veio um carro com tudo e bateu na minha banca, aí um dos ferros caiu na minha cabeça e, pronto, eu caí no chão, me sujei de sangue e *veio* os feirantes me ajudar, eu disse que não era nada e eu ia era trabalhar, só me limpei e continuei. O carro que bateu só saiu e nem pra perguntar como eu tava, até hoje. O povo queria que eu fosse ao médico e eu disse que ia era trabalhar, porque aqui nada se resolve mais não. Aqui é desse jeito (FRANCISCA, feirante, 73 anos, 2023).

O relato de Dona Francisca comove, ao se pensar na realidade precária que as feirantes precisam enfrentar durante o cotidiano e suas poucas garantias. Dona Francisca também relata que paga um valor por sua banca e que tinha pessoas que não pagavam nada e faziam confusão com ela, como sua vizinha de banca que não a deixava sequer encostar no espaço dela e já fazia confusão. Ela relata que muitas pessoas iam para a feira e não pagavam nada, falavam com alguém, afastavam as bancas e colocavam a sua, além das pessoas de outras cidades irem para a feira de Baturité vender, como pessoas de Fortaleza, pessoas de outros municípios vizinhos, enquanto ela, que era de Baturité, não possuía nenhum benefício.

A localização da banca de Dona Francisca, por ser logo na frente de uma rua, quando os carros passam, expõe-na ao risco de batidas, como já aconteceu. “Só sabe o que é a feira quem trabalha na feira” relatou, falando sobre os conflitos com os comerciantes de Baturité que queriam que a feira acabasse, pois torna o mercado de vendas mais competitivo.

A experiência marcante de Dona Francisca na feira destaca a falta de melhorias na infraestrutura e no apoio aos/às feirantes, especialmente evidenciada em seu relato sobre o acidente sofrido. Quando enfrentou dificuldades, foram suas colegas que ofereceram socorro nos momentos de emergência, ressaltando não apenas a interdependência das relações sociais na feira, mas também a necessidade urgente de examinar as dinâmicas de poder presentes nesse contexto. A ausência de políticas públicas eficazes para apoiar os/as feirantes amplifica essa vulnerabilidade.

O relato de Dona Francisca não apenas expõe a sua angústia, mas também revela sua indignação diante da negligência do poder público em fornecer assistência quando mais necessária. Essa situação destaca a importância de compreender a identidade da mulher feirante a partir das narrativas das próprias feirantes. Como afirmou Francisca, “Só sabe o que é ser feirante quem é feirante”, ressaltando que os símbolos e experiências das feirantes são exclusivos daqueles/as que vivenciam diariamente essa realidade desafiadora.

Para entender as nuances da identidade feirante, é crucial explorar as tensões entre essencialismo e não-essencialismo (SILVA; HALL; HOWARD, 2014). O conceito de cultura e significado de Silva, Hall e Howard (2014) enfatiza como a identidade e a representação são construídas através das práticas interpretativas, integrando um sistema simbólico que atribui significado às experiências individuais e coletivas.

Assim, os relatos e vivências compartilhados por Francisca e as demais interlocutoras não apenas elucidam a identidade da mulher feirante em Baturité, mas também destacam as experiências compartilhadas que transcendem as diferenças individuais. Essa reflexão ressalta a importância de reconhecer e valorizar a voz e as experiências das feirantes na formulação de políticas e na promoção de mudanças significativas em suas vidas e comunidades.

Dona Francisca diz que já trabalhou muito na feira, mas nada melhorou. Logo em seguida, fala sobre os dias de chuva que criam alagamentos *até a canela*, mas que hoje isso já havia melhorado. Dona Francisca aproveitou o momento para elogiar o atual prefeito, que havia promovido mudanças positivas para os/as feirantes, como os medicamentos que chegavam às suas casas e os médicos. Dona Francisca disse que “os próprios feirantes não se organizavam”. Perguntei à Dona Francisca como melhorar a atual situação da feira. Primeiro, ela respondeu que não sabia dizer e logo em seguida disse que seria bom se existisse um galpão ou um prédio,

como o que estava em frente à feira, para colocar os feirantes dentro e organizar as mercadorias e outras coisas.

No que toca à feirante Fátima, ela trabalha junto com o marido há 20 anos na feira. Tem 63 anos e também é agricultora, tendo uma gama de conhecimentos sobre plantação, plantando de tudo um pouco, como batata, cebola, tomate, cenoura, pimentão, banana e outras coisas mais. “Nós, pobres, plantamos para os ricos comerem”, fala. A fala de Dona Fátima mostra potência:

O rico tem dinheiro pra movimentar, nós precisamos ralar e trabalhar pra conseguir, mas eu sou feliz assim e acredito que nem todo mundo que é rico é feliz, pois se eu tenho o que comer já estou satisfeita, o rico não, precisa sempre consumir mais e mais, a classe pobre é uma classe esquecida de que só se lembram de quatro em quatro anos, por isso votei no Lula, pois ele foi pobre, agricultor e fala pra nós pobres todos os dias, diferente de outros, que nem se importam (FÁTIMA, feirante, 62 anos, 2023)

Durante sua trajetória como agricultora, Dona Fátima enfrentou dias em que mal conseguia se mexer de tanta dor no corpo, mas não desistiu. Ela aprendeu a caçar e a usar ferramentas como foice e martelo. Todo seu esforço a ajudou a conquistar sua casa, e ela é muito feliz por isso. Dona Fátima ressalta:

Sou feirante e sou agricultora. Desde que me casei com ele eu venho para a feira, trabalho com ele. Antes meu ex-marido trabalhava no banco e eu era só dona de casa, mas depois que me casei com ele venho pra feira. Eu amo a feira, para mim aqui é o paraíso. Eu já trabalhei na feira de Itapiúna também, mas agora trabalho nessa com meu marido (FÁTIMA, feirante, 62 anos 2023).

FOTOGRAFIA 13 - DONA FÁTIMA E SEU MARIDO TRABALHANDO NA FEIRA (2023)



FONTE— elaborado pela autora, 2023

A temática da identidade é algo que fica evidente no relato de Dona Fátima ao se orgulhar de suas origens e do seu trabalho. A cultura popular da qual faz parte denota toda a relevância social, mostrando-se como elemento central na vida das mulheres feirantes. Dona Fátima afirma que as feiras são espaços de convivência e troca de experiências entre os/as feirantes, além de ser um local onde se pode encontrar produtos frescos e de qualidade. Ela destaca a importância de valorizar a produção local e incentivar o comércio justo, garantindo assim uma vida mais digna para todos/as os envolvidos/as na cadeia produtiva. Dona Fátima diz:

Desde menina, com 11 anos, comecei a trabalhar no roçado ajudando, plantando, preparando a terra pra plantar, separando os alimentos para vender na feira. Minha família toda trabalha com agricultura, aí sempre trabalhei também. Eu acho que era bom antigamente quando eu ia buscar água no riacho porque eu sabia e aprendi o valor que as coisas têm. Quando é muito fácil, o povo não sabe dar valor ao pouco que se tem (FÁTIMA, feirante, 62 anos 2023).

O conhecimento de manejo no campo também se mostra presente na identidade social e cultural das mulheres feirantes, incluindo Dona Fátima. Além disso, tal conhecimento é evidente nas falas das demais interlocutoras. É possível afirmar que a feira livre de Baturité possui forte ligação com a população agricultora do Maciço de Baturité, uma vez que as experiências das interlocutoras com as atividades agrícolas foram ou estão presentes em suas trajetórias. Medeiros; Rocha (2017) complementam que essa relação entre a feira e a agricultura é importante para a economia local e para a manutenção de práticas culturais e sociais mais sustentáveis:

Dessa forma, é fundamental reconhecer o papel histórico dos movimentos rurais no processo de auto-organização dessas mulheres. Levando em consideração as pautas conquistadas e as muitas lutas que se fazem presentes no dia a dia da vida das mulheres que vivem no campo. A questão do gênero no meio rural deve ser pautada, a falta de pesquisas sobre gênero e agricultura é uma realidade que deve ser transformada, pois quando se discute gênero não deve mais ser considerada como “questão da mulher”, deve ser vista como ferramenta de mudança e avanço para a agroecologia (MEDEIROS et al 2017, p. 02, grifos do original).

Para além da forte presença das mulheres agricultoras nas feiras livres, com foco principalmente na feira de Baturité, é necessário reconhecer as problemáticas a serem expostas sobre as jornadas de trabalho das mulheres agricultoras e feirantes, tendo em vista a sobrecarga de atividades.

Uma outra fala de Dona Fátima relata a sua satisfação na feira como escapatória de situações de opressão no trabalho assalariado.

Trabalhei seis anos para o restaurante Tempero Caseiro como cozinheira, de lá eu só ganhava um salário e trabalhava muito, era eu que fazia todas as comidas. Quando me colocaram pra fora e vim trabalhar na feira vi que era bem melhor não ter chefe mandando, nem ficar presa a um salário. Pode até ser muito trabalho, mas pelo menos é meu (Fátima, feirante, 62 anos).

A fala de Fátima ressalta as profundas influências do patriarcado ao confinar a mulher principalmente às atividades domésticas, sem reconhecimento adequado desse trabalho. Saffioti (1976) argumenta que essa marginalização do trabalho feminino não só intensifica outras formas de desigualdade, mas também obscurece o papel da mulher em outras esferas além do ambiente doméstico.

Dona Fátima, residente em Baturité, nunca teve a oportunidade de frequentar a escola, pois, durante o horário das aulas, precisava auxiliar seus pais nas atividades agrícolas. Seu aprendizado inicial veio através do ensino informal proporcionado por sua cunhada, que, infelizmente, já faleceu. Apesar de sua educação limitada, Fátima conseguiu educar todos os seus filhos e filhas da melhor maneira possível, embora reconheça que sua abordagem foi diferente daquela que recebeu de seu pai, em parte devido às facilidades educacionais atuais que antes não estavam disponíveis. Desde os 11 anos de idade, ela trabalha ao lado de sua família, participando ativamente de todas as etapas do processo agrícola, desde o cultivo e a colheita até a preparação da terra e a venda de produtos em feiras locais. A agricultura é uma tradição profundamente enraizada na vida de Dona Fátima, que compartilha suas experiências com sinceridade:

Minha filha, eu nunca fui à escola, nunca pisei na escola. O que eu mais queria era ter aprendido a ler, que eu acho muito bonito quem sabe. Mas a minha educação foi essa, antigamente a gente não podia estudar porque tinha que trabalhar, filho de pobre era assim. Mas sou feliz com o que eu sei, eu dei educação pros meus filhos, ensinei a eles o caminho certo e errado, como meus pais me ensinaram, porque hoje em dia os meninos têm tudo nas mãos, não recebem a educação de antes e depois estão usando drogas, não dão valor nem a pai nem a mãe. Por isso estou feliz com o pouco que eu sei. Minha cunhada me ensinou a ler e a escrever e eu sou muito agradecida. Infelizmente ela faleceu, mas hoje, com o pouco que eu sei, eu posso falar sem me sentir envergonhada por não ter estudado, porque antigamente as coisas eram muito diferentes. Eu aprendi a ter respeito pelos pais, aprendi a lavar roupas no rio, a buscar água no riacho e por isso eu valorizo o que eu tenho (Fátima, feirante, 62 anos).

A história das mulheres também compreende essa situação de negação da educação para mulheres, bem como a negação dos espaços públicos. Apesar de as mulheres ocuparem o espaço público, atualmente, muitas ainda são marcadas pela ausência de escolaridade, haja vista que, durante a infância, não puderam estudar e, quando mais velhas, precisaram trabalhar (ALVES, 2020).

Dona Fátima acredita que hoje tudo é mais fácil, tanto para estudar na educação formal quanto para acessar informações sobre drogas, sexo e outras coisas que considera inapropriadas para crianças e adolescentes. Afirma também que preferia os tempos antigos, em que foi ensinada sobre respeito com os pais, aprendeu a lavar roupas no rio, a buscar água no riacho, e pensa que a ocupação e a não facilidade em simples atividades cotidianas, como as citadas anteriormente, eram boas para a valorização do pouco que se tinha e se tem.

Hoje em dia, ela é casada com um feirante e, desde que se casou, vai à feira com seu segundo marido, que trabalha ali desde os 15 anos. Seu primeiro marido trabalhava no banco do Brasil e quando estava com ele só cuidava do lar, mas depois do seu falecimento e dos seus

filhos se casarem, ela casou-se com seu atual marido, que hoje a leva para a feira para trabalhar junto com ele. A feira, para dona Fátima, é o *paraíso*. Ela já participou da feira de Itapiúna, mas veio trabalhar na de Baturité com o atual marido. Sua principal motivação para ir à feira é a companhia do seu marido.

Nesse relato de dona Fátima, percebe-se uma relação de poder estabelecida entre as atividades da feira divididas entre ela e o marido, de modo que a divisão sexual do trabalho se torna presente no próprio espaço da feira. Logo, é necessário pensar sobre como questões de opressão de gênero são vistas no contexto da interlocutora, posto que, apesar de não ser opressão possível de se ver a olho nu, é fundamental refletir sobre as relações de trabalho entre os gêneros feminino e masculino, uma vez que a história da mulher no espaço público denota uma relação de poder que privilegia a figura masculina e invisibiliza a figura feminina (SADER, 2001).

Dona Fátima, além de trabalhar na feira, trabalhou no roçado junto de seus pais e marido. Quando lhe perguntei sobre os benefícios de trabalhar na feira, ela disse: "Benefício não tem, pois não recebemos nada do governo para trabalhar na feira, nós apenas sobrevivemos com a ajuda de Deus". As maiores dificuldades encontradas durante sua trajetória de trabalho foram a falta de estudos e a criação de seus filhos e filhas, tanto na questão de alimentação quanto de educação, pois foi algo que lhe foi negado. Uma situação positiva que ela mencionou foi a importância do atual prefeito, que em seu último mandato e neste vem trabalhando para dar continuidade à feira e reconhecê-la com a devida relevância em Baturité. As pessoas que mais a apoiam para vir trabalhar na feira são seu marido e seus filhos e filhas. Em relação à participação de mulheres na feira, dona Fátima comentou que cada uma tem um propósito para trabalhar, seja para sobrevivência ou para conseguir algo melhor, e, mesmo que não dê certo, elas continuam tentando.

FOTOGRAFIA 14 - DONA FÁTIMA EM SEU POSTO DE TRABALHO (2023)



FONTE — elaborado pela autora, 2023

Foi perguntado a Dona Fátima sobre as principais intervenções já sofridas na feira. Ela falou sobre a mudança de local da sua banca, destacando que gostou, pois sua atual localização atrai mais fregueses. A maior relevância da feira para o Maciço de Baturité é a ideia de que é possível sobreviver mesmo sem estudos, mesmo sem um trabalho de carteira assinada. Uma das coisas mais engraçadas que ela presenciou na feira foi a atuação do Michael Jackson feita por um rapaz que sempre ajuda no carregamento dos caixotes na feira, conhecido como *Morcego da Madrugada*.

Algo que ainda dói muito em Dona Fátima é a ausência dos pais que faleceram. Na última pergunta sobre uma história de superação, ela falou sobre a história de seu marido, que

antes de se juntar com ela era alcoólatra, usuário de substâncias ilícitas e viciado em jogos. Ela costumava vê-lo bêbado nos cantos e sentia que aquela não era a história dele, resolvendo ajudá-lo a vencer a luta contra os vícios. Com a sua ajuda, ele conseguiu melhorar e hoje tem 22 anos sem o uso de álcool e outros vícios.

A feirante Elenice tem 67 anos, seu primeiro marido morreu e o segundo se divorciou. Ela afirma que não pretende mais ter relacionamentos conjugais, pois não teve sorte nos antigos. Elenice tem três filhos que a ajudavam antigamente, mas conforme foram se casando, mudaram de profissão. Apesar do incentivo em trabalhar na feira com uma banca para cada um, Elenice conta que, conforme foram arrumando profissões melhores, mudaram. Antigamente, sua filha vinha de Fortaleza para acompanhá-la na feira de Pacoti durante os fins de semana, mas depois que dona Elenice montou sua loja, não precisou mais ir para Pacoti e sua filha começou a trabalhar com outras coisas.

FOTOGRAFIA 15 — DONA ELENICE EM SEU POSTO DE TRABALHO



FONTE — elaborada pela autora, 2023

No relato de Elenice, percebe-se como seus casamentos trouxeram infelicidades, sendo possível refletir sobre como as relações de poder no ambiente público e privado se cruzam nas experiências pessoais e afetivas das interlocutoras. Nesta perspectiva, Prestres (2018) contribui:

As assimetrias de gênero estão presentes em meio a estas relações sociais em que se desenvolvem as atividades do ser feminino, sendo estas portadoras de desigualdade, hierarquizadas e contraditórias. Essas condições são expressas cotidianamente, seja pela desvalorização das suas ações sociais, sobrecarga de trabalho, dificuldade de permanência nos espaços da feira, assim como pelo desconhecimento acerca das políticas públicas voltadas para mulheres, dentre outros fatores que incidem sobre elas (PRESTRES, 2018, p. 02).

De maneira geral, as falas de dona Elenice e os escritos de Prestes (2018) se complementam no que diz respeito a como as relações sociais estão marcadas por hierarquias que são sustentadas pelo patriarcado, capitalismo e colonialismo. Apesar de nem sempre ser visível, a violência patriarcal, racial e capitalista está presente nas entrelinhas dos relatos de dona Elenice.

Dona Elenice relembra quando seu filho mais velho tinha apenas 8 anos e ia para a feira de Pacoti às 2h da manhã a pé. Atualmente, ela não tem mais coragem de permitir isso. Foi através de sua profissão como feirante que ela sustentou seus/suas filhos/filhas e pagou escola particular para os três, ensinando sempre o caminho da persistência em todas as escolhas. Elenice só aprendeu a ler e escrever muito depois de sua vida infantil e juvenil, pois quando criança precisava ajudar a família nas atividades do campo. Além disso, aos 12 anos, ela recebeu a proposta de ir estudar enquanto morava na casa de um casal, mas ao aceitar a proposta percebeu que foi enganada. Na casa desse casal, ela não foi colocada na escola nem ensinada, apenas trabalhava. Hoje em dia, Elenice afirma que já chorou pensando nisso e que se pudesse voltar atrás não teria aceitado aquela proposta. Mesmo assim, sente-se feliz com o que sabe, pois, mesmo tendo sua educação negada na infância, foi capaz de trabalhar, sustentar os filhos e filhas e exercer uma boa gestão de suas finanças, tanto pessoais quanto de sua banca e sua lojinha. Elenice relata:

Minha filha, nunca fui à escola. Uma mulher me tirou de casa quando eu era criança, dizendo que ia me colocar na escola, que eu ia ajudar em casa e trabalhar, mas ela me enganou, nunca me colocou na escola, nem me pagava, eu trabalhava feito condenada e chorava para ir pra escola e ela não me matriculou. Até hoje eu ainda choro às vezes porque essa mulher me enganou, eu era doida pra estudar. Aí eu só aprendi a ler e escrever muito depois. Na casa desse casal não fui colocada na escola nem ensinada, só trabalhei. Hoje em dia já chorei pensando nisso e se eu pudesse voltar atrás não teria aceitado aquela proposta, mesmo eu sendo feliz com o que sei, porque mesmo não tendo ido à escola ainda fui capaz de trabalhar, sustentar os filhos. Apesar de eu não ter estudado na escola, tenho orgulho em ter construído meu próprio conhecimento. Eu sei calcular bem direitinho, passo troco, cuido do dinheiro da loja bem direitinho sem ninguém ter me ensinado. Aprendi trabalhando na vida, por isso agradeço a Deus por tudo que já fiz e eu ainda vou estudar no futuro (ELENICE, feirante, 67 anos, 2023).

A educação escolar para muitas mulheres foi algo de difícil acesso ao longo de suas vidas, principalmente para mulheres com idade mais avançada. Como mostrado por Del Priore (1997), estudar no século XIX e na primeira metade do século XX não era uma prioridade para a construção da educação da mulher, segundo a sociedade.

Elenice é católica e atua como ministra da eucaristia na igreja próxima ao bairro Putiú, em Baturité, que é o mesmo bairro onde mora. Ela e a filha pararam de ir a Pacoti participar da

feira há sete anos, pois tiveram poucos ganhos nos seus últimos anos indo para lá. Assim como dona Francisca, já trabalharam na feira de Pacoti, Aracoiaba, Aratuba e Redenção, mas com o tempo resolveram ficar apenas na de Baturité, onde hoje têm uma banca e uma loja em frente. Resolveram montar a loja, pois no período da pandemia tiveram muitas dificuldades em vender, e sua única alternativa de continuar mantendo a renda foi abrindo a loja.

Além do trabalho em feiras, Elenice também trabalhou no roçado junto do primeiro marido e quando criança com seus pais e irmãos e irmãs. Durante o primeiro casamento, costumava colher sessenta (60) sacos de milho e vender para algum mercado ou na feira. Elenice é a segunda de quatorze (14) irmãos e a partir dos seis anos cuidava dos/das seus/suas outros/as irmãos e irmãs enquanto os pais iam trabalhar no campo. Aos dez (10) anos começou a trabalhar na roça.

Elenice relata que quando mais nova realizava tantas atividades que sua filha afirma querer ser como ela, pois sempre foi bastante disposta para as funções laborais e ainda hoje afirma querer trabalhar durante os próximos vinte (20) anos. Segundo Elenice, sua filha tem vontade de levá-la para morar com ela em Fortaleza, mas por gostar de trabalhar na feira prefere ficar. Também já trabalhou como vendedora ambulante no trem vendendo tapioca, manga, laranja e outras frutas, pois ia para a feira de Redenção e o que sobrava vendia no caminho para casa. Já trabalhou vendendo roupas, tecidos de porta em porta para manter o sustento dos filhos. Relembra também suas compras de peças no Ponto da Moda, comprava por R\$ 3,00 (três reais) e vendia por R\$ 10,00 (dez reais). As peças variavam entre blusas, camisas, biquínis e roupas íntimas femininas e masculinas.

A motivação em trabalhar por mais tempo, explicitada por Elenice, reflete como o trabalho das feirantes está inteiramente conectado e amparado pela habilidade de construir laços sociais e promover sociabilidades (VEDANA, 2013, p. 01). Refletir sobre trabalhadoras feirantes envolve sabedoria e experiência que sistematizam toda uma trajetória. Saber como tratar fregueses/as, conhecer os produtos ali vendidos e suas origens são detalhes que constroem laços sociais na feira livre. Dona Elenice diz:

É muito bom trabalhar na feira, já faz tanto tempo, mas a gente vive muita coisa. Foram bons anos. No começo era bem pouquinho das barracas que tinha, era há uns cinquenta anos atrás. A gente vendia tão bem a ponto de sobrar dinheiro. Eu e a dona Francisca trabalhávamos juntas, ajudando e conversando nessa feira e em outras. Consegui fortes amizades e companheirismo com outras feirantes que trabalhei de perto, uma delas é dona Francisca que em muitos momentos me ajudou. Muitas outras feirantes já faleceram, mas antes quando a feira era na rua do banco do Brasil. Mas com uns cinco anos pra cá começaram a abrir lojas e começou a ficar ruim pros feirantes, muitos passam necessidade (Elenice, feirante, 67 anos, 2023)

Elenice conta com muita alegria suas experiências na feira e afirma que foram bons anos, principalmente quando iniciaram cinquenta (50) anos atrás. Havia poucas barracas e não existiam lojas. Junto com dona Francisca, ela conta como vendiam bem, a ponto de sobrar dinheiro. Suas experiências se cruzam com as de dona Francisca, pois por muitos anos elas trabalharam juntas na feira, se ajudando e compartilhando experiências. Juntas, trabalharam tanto na feira de Baturité quanto nas de outros municípios. Entre as suas experiências mais marcantes estão as suas idas à feira de Pacoti, pois, devido à necessidade de pedir carona aos caminhoneiros para levar sua mercadoria, um motorista jogou o que ela tinha na lama e ela se sentiu humilhada. Seus produtos não mancharam, mas ela ainda hoje lembra desse acontecimento e tem a memória de achar que tinha perdido sua mercadoria devido ao incidente. Em muitos momentos em que não pôde ir à feira, tanto na pandemia quanto quando era mais nova, chegava a chorar por não poder ir.

O protagonismo feminino na feira livre de Baturité é marcado, como se vê, pela experiência e memória de Elenice, ao narrar como foi experimentar as mudanças que a feira teve e todas as transformações que ela percorreu até as características atuais. Portelli (1997) destaca a necessidade da história oral para o cruzamento de elementos presentes no lugar e na presença de quem narra, trazendo à tona histórias que externalizam a linha poética da identidade de um grupo no discurso individual. Nas narrativas de amizade das interlocutoras Francisca e Elenice, é notável o entrelaçamento da vida laboral e pessoal, de maneira que, com os anos que realizaram a mesma caminhada na feira livre, concebem uma amizade que conta com experiências e diversas memórias.

Em resumo, o presente capítulo objetivou apresentar as histórias de feirantes de Baturité e a luta da classe trabalhadora em relação à realidade de como expressam os seus sentimentos e percepções diante do trabalho informal. Durante a construção da estrada de ferro de Baturité, houve revoltas operárias em busca de melhores condições de trabalho. A classe operária de luta era principalmente formada por agricultores(as), assim como as feirantes, que ainda hoje também detêm como educação da infância a experiência do trabalho no campo. Logo, é possível perceber uma linha que repassa saberes e experiências entre os operários da estrada de ferro⁸ do século XIX e XX e as mulheres feirantes, que afirmam preferir a liberdade em ser seus próprios patrões a terem trabalho formal e sofrem opressão no ambiente de trabalho. Além disso, a estrada de ferro também foi utilizada como meio de transporte e trabalho por Elenice,

⁸ A linha férrea deixou de funcionar em 1999.

que ao sair de Redenção vendia seus produtos no trem até chegar em seu destino, em Baturité/CE.

Ademais, vale ressaltar a identidade das feirantes forjada na transformação do território da feira, apresentando a territorialidade da feira e suas relações de poder. Na fala de Francisca sobre a demarcação espacial para cada feirante, é perceptível uma disputa por território entre as feirantes e os poderes municipais, de maneira que, apesar das problemáticas relatadas, as interlocutoras também percebem que há momentos de união entre os/as feirantes, na luta por mudanças que estejam de acordo com os seus desejos e necessidades.

Nas narrativas e histórias de vida, a memória das interlocutoras explicita experiências de protagonismo e exercícios de empoderamento, de modo que na própria composição da feira livre de Baturité há relações de gênero e, consequentemente, relações de poder. É possível notar a invisibilidade feminina na feira livre, especialmente no que tange sua relevância aos olhos da família. Por conseguinte, é basilar compreender o sentido ontológico e social da mulher feirante, de maneira que o espaço público se mostrou hostil na história das mulheres, como a violência destacada pelas mulheres, desde a negação à educação à situação de trabalho em condições precárias. As múltiplas jornadas de trabalho, a interrupção dos estudos, o sustento da família em casos nos quais a mãe é a única provedora de renda são questões que denotam relações de poder patriarcal na experiência das mulheres feirantes, mostrando-se também como parte da identidade cultural dos sistemas simbólicos da realidade das feirantes de Baturité-CE.

O que também se pode destacar no capítulo refere-se à ausência de finalização dos estudos na experiência da maioria das feirantes, sendo um dos principais motivos para não conseguirem trabalhos em empregos formais, sendo relegadas a um mercado informal sem direitos trabalhistas. O trabalho informal que as mulheres feirantes exercem não garante direitos mínimos para as trabalhadoras, de forma que, em momentos de crise econômica, há riscos de essas mulheres feirantes não conseguirem manter seu sustento e de suas famílias.

Fica evidente a identidade de feirantes das interlocutoras a partir de suas próprias falas, além de se colocarem também como agricultoras e mães. Os relatos das feirantes possibilitaram revelar as memórias que as ligam ao trabalho, no campo e na feira, entrelaçando as experiências de continuidade no tempo e de sentimento de coerência (POLACK, 2012) ao se afirmarem feirantes, devido a todas as memórias, vivências e sentimentos perpassados em suas histórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a presente pesquisa contar com um quadro qualitativo e significativo de dados que contribuem para o conhecimento acerca de como vem se construindo a trajetória de vida das mulheres feirantes de Baturité/CE, a investigação não se encerra aqui. Portanto, as considerações finais apresentam as principais conclusões possíveis até esta fase da pesquisa, almejando-se a continuidade após a conclusão desta dissertação.

Apesar das primeiras motivações para realização da pesquisa serem trazidas no primeiro capítulo da pesquisa, durante o percurso foi identificada de forma mais aprofundada a relevância de ouvir e dialogar com as mulheres feirantes de Baturité, principalmente na pesquisa em campo foram somadas novas motivações e novas percepções sobre o funcionamento da feira e os desafios relatados pelas feirantes.

Durante os estudos da relação da categoria gênero para a pesquisa, foi realizada uma reflexão sobre o espaço público, exposto por Rago (1995), de forma que, no Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto e a caminhar fora da esfera privada a partir dos anos 1930. Mesmo com questionamentos machistas sobre mulheres trabalhadoras, as operárias tomaram a frente da luta por igualdade de gênero em decorrência das múltiplas opressões a que estavam submetidas, destacadamente as de gênero e classe social. Refletindo sobre a mulher no espaço público, sua sexualidade, família e poder disciplinar no século XX, era uma utopia que os movimentos sociais feministas lutassem para tornar realidade a igualdade de direitos. No entanto, ao se deparar com a trajetória de trabalho e vida das interlocutoras, vê-se que a luta por igualdade é real e ininterrupta, ainda que seja possível notar persistentes relações patriarcais e opressoras em relação ao gênero feminino.

Apesar de as mulheres ocuparem o espaço público, a ausência de políticas públicas que garantam a sua segurança, e legitimem sua presença ainda é um desafio, uma vez que o poder sobre o território não é exercido por mulheres. Leve-se em conta, na feira livre de Baturité, as opressões que as interlocutoras relatam, como o acidente de trânsito sofrido por Dona Francisca e a experiência de opressão quando um caminhoneiro despejou os produtos de Dona Elenice no chão, entre outros relatos, que dão a dimensão disso.

Além do mais, as oportunidades para homens e mulheres são desiguais na realidade das feirantes, visto que a negação da educação para três feirantes também é uma forma de exercer o poder sobre uma classe ou grupo oprimido, de modo que a desumanização daquelas pessoas acontece muitas vezes, sem elas se darem conta (FREIRE, 1996). Por outro lado, a negação da

educação também reflete nas poucas oportunidades de emprego na realidade das feirantes, não permitindo que haja mobilidade social.

Os conflitos entre os ambientes domésticos e públicos se tornam, por sua vez, mais evidentes ao se pensar na divisão de tarefas. Na realidade das feirantes, chama a atenção o fato de as atividades domésticas e familiares serem responsabilidade feminina. Entretanto, entre as atividades laborais, verifica-se divisão mais equânime, apesar de o trabalho das mulheres nem sempre ter o mesmo reconhecimento do trabalho dos homens.

A categoria de análise do trabalho revela sua relevância na pesquisa ao explorar a conceituação do trabalho formal e informal sob a ótica de gênero nas feiras livres. Isso permitiu uma compreensão mais profunda da divisão sexual do trabalho e de como ela se manifesta no contexto laboral da feira. O trabalho informal, que é a realidade enfrentada pelas participantes da pesquisa, tornou-se ainda mais precário após a implementação da reforma trabalhista em 2017. Nesse cenário, os/as trabalhadores/as gradualmente perdem sua segurança em casos de acidentes laborais. Portanto, entender a trajetória de vida e trabalho das mulheres feirantes de Baturité-CE também significa compreender o impacto da realidade laboral e da reforma trabalhista em suas atividades.

Além disso, as mulheres feirantes de Baturité-CE enfrentam desafios relacionados principalmente à infraestrutura precária nos locais de trabalho e à insegurança em continuar exercendo suas atividades, devido à falta de atenção do poder público e às constantes mudanças nos espaços da feira a cada nova gestão municipal.

A cultura popular, no que se refere à troca de saberes, comunicação e repasse de conhecimentos para a geração dos/das filhos/as, revela, por sua vez, uma identidade social que é permanente na experiência das feirantes e que se espalha para os/as demais atores/atrizes sociais que ocupam a feira livre de Baturité.

A categoria de análise da Identidade se revela através dos relatos e afirmações das mulheres que são feirantes, agricultoras, mães, esposas e moradoras do Maciço de Baturité. A disputa pelo espaço na feira também é uma disputa identitária, uma vez que os/as feirantes de Baturité preferem manter a feira entre seus conterrâneos, apresentando desafios particularmente para aqueles/as que não residem na cidade. No entanto, na batalha pela preservação e aprimoramento da infraestrutura da feira, é notável que a identidade social une todos os/as feirantes na busca por melhorias.

A cultura popular se evidencia na feira livre, a partir dos relatos e da observação participante, revelando uma identidade social permanente na experiência das feirantes,

compartilhando saberes, comunicando e repassando conhecimentos para a geração dos/das filhos/as que seguem.

Na história do município, relacionada aos prospectos desta pesquisa, destaca-se a criação da identidade coletiva de trabalhadores/as, construída durante a construção da ferrovia. Diante de situações de miséria e fome, os/as trabalhadores/as da ferrovia repensaram os moldes de emprego e criaram possibilidades laborais a partir do trabalho informal, abrindo caminho para as mulheres trabalhadoras informais de hoje. Segundo as experiências das feirantes de Baturité, a feira é formada principalmente por mulheres agricultoras.

Ao refletir sobre a realidade das mulheres feirantes de Baturité e sua identidade entrelaçada com o trabalho no campo, a maternidade e a vivência na feira, é possível compreender os desafios enfrentados por elas na condição de gênero feminino. Muitas vezes, essas mulheres precisam lutar pelo sustento próprio e do lar sem a ajuda de um companheiro.

A feira livre tem um papel primordial no município de Baturité, especialmente na produção/comercialização de alimentos saudáveis e advindos da agricultura familiar. O trabalho das mulheres na feira é, assim, múltiplo, exigindo esforço para plantar, colher, preparar o solo e ir ao CEASA, entre outras atividades. Para as mulheres que vendem roupas, há todo o esforço de procurar fornecedores e ir e vir de locais para revender produtos, além da administração financeira.

A presente pesquisa revela ainda que a trajetória de vida e trabalho das mulheres feirantes de Baturité é permeada por algumas violações de direitos, como a negação ao direito à educação e saúde, a ausência de políticas públicas capazes de prestar assistência às mulheres feirantes em relação aos seus direitos sociais e infraestrutura adequada, além da falta de possibilidades de empregos formais. Embora não seja intenção das interlocutoras mudarem de profissão, o trabalho na feira tornou-se uma possibilidade de sustento, uma vez que a ausência de escolaridade não garante empregos formais para essas mulheres.

Por último, destaca-se a memória das mulheres feirantes, que é transmitida por meio da história oral como experiências de protagonismo e empoderamento. A composição da feira e as relações territoriais são permeadas por relações de poder e de gênero. Para as interlocutoras, ser mulher e feirante envolve satisfação pelo trabalho e pelo esforço empreendido, pois a partir desse trabalho é possível construir relações de afeto, alegria, diversão e trabalho.

Seria imprescindível a realização de pesquisas adicionais para aprofundar dois aspectos cruciais identificados neste estudo. O primeiro deles refere-se à relação entre o direito à educação e a trajetória de vida das mulheres feirantes, dado que a maioria delas mencionou não ter conseguido concluir seus estudos devido à necessidade de trabalhar desde a infância.

A segunda questão diz respeito à correlação entre as políticas públicas voltadas para as feirantes e a realidade atual observada durante a pesquisa. Algumas preocupações levantadas pelas feirantes revelam situações de incerteza quanto à segurança no local de trabalho, devido ao risco de acidentes de trânsito, bem como à ausência de linhas de crédito que possam apoiar esses profissionais. Essas duas áreas de preocupação também suscitam uma terceira questão relacionada à falta de assistência financeira no caso de os/as feirantes não conseguirem mais exercer suas atividades laborais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Aurélio de Andrade. **Sobrevivência ambulante no espaço urbano: informalidade e trabalho na Feira José Avelino**, em Fortaleza-Ceará. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ANACLETO, A.; COELHO, A. P.; CURVELO, E. B. C. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 18, n. 27, p. 118, 2016. DOI: 10.48075/rfc.v18i27.12778. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/12778>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ANGROSINO, Michael. **Observação Participante**. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do século XXI. **Cadernos em Pesquisa**. São Paulo, n. 149, 07 ago. 2013. p. 452-477.

ASCELARD, L.; VIÉGAS, L. **Cartografias Sociais**. São Paulo: Annablume, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Paris: Difusão Europeia do Livro, 1967. 499 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SMHftPrryHLfxQKBftZBQWz/?lang=pt>. Acesso em 11 abril 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. 4. ed. São Paulo: TAO, 1979.

BRASIL. Decreto-Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de julho de 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. [Constituição (1827)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [1827] Lei nº 15, de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Os Trilhos do Progresso: episódios de história de lutas operárias na construção da estrada de ferro em Baturité (1872-1926). **Trajetos: Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 01, n. 02, p. 83-101, 01 fev. 2002. Anual.

CARDOSO, Cláudia Pons. **O importante papel das mulheres sem importância**. Porto Alegre 1889-1910. 1995, Porto Alegre. 265f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

CARDOSO, Maria Vitoria Silva. **Experiências femininas na cidade**: mulheres, trabalho informal e suas vivências em uma periferia de Fortaleza. 2022. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos. **Mulheres feirantes**: cotidiano, trabalho, protagonismo e articulações femininas na feira livre em Caetité - BA (1991 a 2019). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ampuh, 2021. v. 1, p. 01-11.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 700 p.

COLLIER, J.; COLLIER, M. Visual **Anthropology: Photography as a Research Method**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, Brasília, 7 abr. 2024.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DIEESE (São Paulo). Número 22 – maio de 2022. **Trabalho por conta própria cresce na pandemia e fica mais precarizado**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta22.html>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FACCIN, Rodrigo Duarte. **Percepções femininas sobre a participação em Feira Livre** / Female perceptions about participation in Free Fair. Brazilian Journal Of Development, [S.L.], v. 7, n. 4, p. 38256-38261, 13 abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n4-335>.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Imagens e palavras na escritura da narrativa etnofotográfica: notações metodológicas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 72-89, 21 jul. 2019. Jan-jul.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A educação e o processo de inclusão: exclusão social da mulher. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 48, n. 1, p. 51-59, mar. 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71671995000100008>.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

ENGELS, Friederich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação** – Brasil, Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Ibge. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/baturite.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KLEIN, A. M.; TORRES, J. C.; GALINDO, M. A. Direitos humanos, mulheres e gênero nas escolas: uma questão de política pública. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 20, p. 9–22, 2019. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8732>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LEIBANTE, Thiago. Algumas questões sobre informalidade do trabalho na construção civil em Londrina. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**, 5., 2013, Londrina. Anais... Londrina: Revista L & R, 2013. v. 5, p. 1-10.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. Retratos de Assentamentos, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 50-68, 1 ago. 2019. **Retratos de Assentamentos**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25059/25272594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1991.

LUNAS, Alessandra da Costa et al. **Marcha das Margaridas 2015**: desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, liberdade e igualdade. 15. ed. Brasília, 2015.

MEDEIROS, Giovanna Lemos de; ROCHA, Ariadne Enes. Caracterização política socioeconômica das mulheres da feira agroecológica e solidária do circuito de feiras agroecológicas do Baixo Munim. **Ciência Agrícola**, Rio Largo, v. 15, n. 01, p. 59-62, 01 jan. 2017.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 112- 179, out. 2003.

PIETRAFESA, Emília. **Territorialidade**. In: SANSONE, Livio et al (org.). Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Bahia: Edufba, 2014. Cap. 27. p. 07-798.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 10 out. 1992.

PORTELLI, A. Janine Ribeiro, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de**

História, [S. l.], v. 14, 2012. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 4 fev. 2023.

QUENDAU, Fernanda Sutoff. **O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna**. 2007. 57 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Faculdade das Ciências e Saúde, Uniceub, Brasília, 2007. Cap. 03.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

ROCHA, Patrícia Quirino; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Redes de mulheres feirantes no Sertão Baiano. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 19, n. 01, p. 249-270, 29 abr. 2021.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bengiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALTON, Júlio César; HERNANI, Luis Carlos; FONTES, Clarice Zanoni (org.). **Sistema Plantio Direto**: o produtor pergunta, a embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 1998.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: **Katál**, Florianópolis, p. 11-19, 05 fev. 2010.

SARRIA, Larissa de Freitas Tristão et al. Gravidez na adolescência e evasão escolar: uma análise sociológica. **Revista de Ciências Biológicas e da Saúde**, Iguaçu, v. 01, n. 01, p. 01-05, 01 jul. 2022.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 02, n. 12, p. 35-50, 01 maio de 2004.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, p. 152-180, 01 jan. 2007.

SCOTT, Joan. **Gender on the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Charlene Aparecida da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2021. **Territorialidade e paisagem da feira livre da cidade de Viçosa, Minas Gerais: lugar, memórias e identidade (1967-2019)**, 2021.

SILVA, Maria das Graças da. **Feira de São Bento em Cascavel - CE festa a céu aberto**. 2008. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/vitor/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/AREA%20DE%20TRABALHO/leituras%20-%20mulheres/2008_DIS_MGSILVA.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

SOIHET, Rachel. **A história das mulheres**. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v. 02, n. 01, p. 07-30, 01 jan. 1986.

TRIVINOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1987.

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 41-68, jan. 2013.

VEDANA, Viviane. **"Fazer feira": um estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da feira livre de Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado do curso Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Cap. 1.

VIGANO, Samira de Moraes Maia et al. **A educação de jovens e adultos como um espaço de empoderamento das mulheres**. 05. ed. Santa Catarina: EJA em Debate, 2016.